

RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2019/2021

DESEMBARGADOR WALTER CARLOS LEMES



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás







PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

PLENÁRIO

Desembargadora	Beatriz Figueiredo Franco
Desembargador	Ney Teles de Paula
Desembargador	Leobino Valente Chaves
Desembargador	Gilberto Marques Filho
Desembargador	João Waldeck Félix de Sousa
Desembargadora	Nelma Branco Ferreira Perilo
Desembargador	Walter Carlos Lemes (Presidente)
Desembargador	Carlos Escher
Desembargador	Kisleu Dias Maciel Filho (Corregedor-Geral da Justiça)
Desembargador	Zacarias Neves Coelho
Desembargador	Luiz Eduardo de Sousa
Desembargador	Alan Sebastião de Sena Conceição
Desembargador	Leandro Crispim
Desembargador	Itaney Francisco Campos
Desembargadora	Amélia Martins de Araújo
Desembargador	Luiz Cláudio Veiga Braga
Desembargador	Ivo Fávaro
Desembargador	Jeová Sardinha de Moraes
Desembargador	Fausto Moreira Diniz
Desembargador	Norival Santomé
Desembargador	Carlos Alberto França (Ouvidor do Poder Judiciário)
Desembargador	Francisco Vildon José Valente
Desembargador	Amaral Wilson de Oliveira
Desembargador	José Paganucci Júnior
Desembargadora	Maria das Graças C. Requi
Desembargadora	Avelirdes A. Pinheiro de Lemos
Desembargadora	Elizabeth Maria da Silva
Desembargador	Orloff Neves Rocha
Desembargador	Gerson Santana Cintra
Desembargadora	Carmecy Rosa Maria Alves de Oliveira
Desembargador	Edison Miguel da Silva Jr
Desembargador	Nicomedes Domingos Borges (Vice-Presidente)
Desembargador	Itamar de Lima
Desembargadora	Sandra Regina Teodoro Reis
Desembargador	Olavo Junqueira de Andrade
Desembargador	Guilherme Gutemberg Isac Pinto
Desembargador	José Carlos de Oliveira
Desembargador	Carlos Roberto Fávaro
Desembargador	Delintro Belo de Almeida Filho
Desembargador	Jairo Ferreira Junior
Desembargador	Marcus da Costa Ferreira
Desembargador	Anderson Máximo de Holanda

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

(BIÊNIO 01.02.2019 A 31.01.2021)

Presidente Desembargador Walter Carlos Lemes
Vice-Presidente Desembargador Nicomedes Domingos Borges
Corregedor-Geral da Justiça Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho
Ouvidor do Poder Judiciário Desembargador Carlos Alberto França

EQUIPE ADMINISTRATIVA

BIÊNIO 2019/2021

Juízes Auxiliares da Presidência
Cláudio Henrique Araújo de Castro
Fabiano Abel de Aragão Fernandes
Sirlei Martins da Costa

Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral
Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas
Algomiro Carvalho Neto
Donizete Martins De Oliveira

Diretor do Foro da comarca de Goiânia
Paulo César Alves das Neves

Diretora da Escola Judicial do Estado de Goiás
Desembargadora Elizabeth Maria da Silva

Presidência
Secretaria-Geral da Presidência
Eliene Maria Ramos

Gabinete Militar
Tenente Coronel PM Carlos Henrique

Diretoria de Planejamento Estratégico
Mislene Medrado de Oliveira Borges

Diretoria de Gestão da Informação
Antônio Pires de Castro Júnior

Diretoria de Cerimonial e Relações Públicas
José Roberto Nascimento

Diretoria Judiciária
Marcia Perillo Fleury Barcelos

Centro de Comunicação Social
Luciano Augusto Souza Andrade

Controladoria Interna
Marllus Naves de Ávila

DIRETORIA-GERAL

Diretor-Geral
Rodrigo Leandro da Silva

Diretoria Administrativa
Tatiana Rodrigues Ferreira

Diretoria Financeira
Irismar Dantas de Souza

Diretoria de Informática
Anderson Yagi Costa

Diretoria de Recursos Humanos
Wanessa Oliveira Alves

Diretoria de Obras
Luiz Cláudio Dias Ferreira

Centro de Saúde
Paulo Henrique Fernandes Sardeiro

Junta Médica
Michelle Vasconcelos da Silva Prado Cabral



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

MISSÃO

Realizar justiça, assegurando à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, que resguarde a todos o direito à dignidade e à cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

VALORES INSTITUCIONAIS

Credibilidade

Celeridade

Modernidade

Acessibilidade

Imparcialidade

Transparência e Controle Social

Ética

Probidade

Responsabilidade socioambiental

Palavra do Presidente

Caros colegas magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, membros das instituições do sistema de Justiça e cidadãos!

O TEXTO QUE REDIGIREI AQUI certamente terá um tom de despedida, combinado com uma sensação de responsabilidade cumprida e também já de saudade. Mas será uma mensagem com o sentimento de muita felicidade e gratidão. Esse documento é uma prestação de contas das realizações da nossa gestão, demonstrando os projetos e ações para executar as metas propostas no Plano de Gestão biênio 2019/2021.

Nesses dois anos, trabalhamos bastante, foram poucas horas de sono ou muitas noites acordado pensando em novas ideias para desenvolver ou em soluções para os desafios que enfrentávamos. Mas tenho comigo que isso é o que se espera de um chefe do Poder Judiciário goiano. Tive a honra de chegar ao topo

da carreira e ocupar um cargo dessa grandeza, por isso procurei todos os dias corresponder à missão que a mim confiaram.

Em meu discurso de posse, se recordam, tracei como pilares a informatização do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o incentivo à cultura da conciliação/mediação e a relação harmônica entre os Poderes. Aprimoramos muito a área de tecnologia, fomos premiados pelos acordos de conciliação e cultivamos um diálogo aberto com todos os Poderes, possibilitando caminhos conjuntos para muitas questões. E, ao deixar a Presidência, sairei muito feliz por ter concretizado tantos outros importantes projetos, muitos deles, inclusive, que poderão beneficiar as futuras gerações de magistrados, servidores e jurisdicionados.



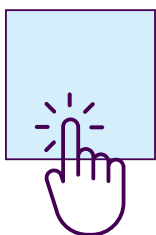
E fazendo essa retrospectiva, me veio na memória uma reunião que tive com minha equipe, logo no início de 2020, quando pedi a eles empenho máximo no primeiro semestre do ano. Estava entusiasmado para a segunda metade da minha gestão, para a entrega de resultados. Naquele momento, sequer imaginávamos que o mundo todo sofreria com a pandemia da Covid-19. E, dois meses depois, a Justiça saiu dos fóruns, mas continuou acontecendo da casa dos magistrados, servidores, advogados, promotores e defensores. Hoje compreendo que ter priorizado a informatização foi fundamental para garantir que o Judiciário goiano não parasse e, ainda, tivéssemos os elevados índices de produtividade que obtivemos durante esse período de teletrabalho.

Por fim, cabe a mim os mais profundos agradecimentos a todos que dão vida ao Poder Judiciário goiano. Sempre digo, e repito aqui, ninguém faz nada sozinho! Todos os projetos, ações e ideias inovadoras foram fruto de um trabalho em equipe, da dedicação dos magistrados, dos juízes auxiliares da Presidência, diretores, servidores e da parceria com os representantes das instituições do sistema de Justiça. De igual modo, meu reconhecimento aos desembargadores que fizeram comigo essa gestão biênio 2019/2021 – Nicomedes Domingos Borges, Kisleu Dias Maciel Filho e Carlos Alberto França. Todos com o mesmo propósito em cada vez mais oferecer aos goianos uma prestação jurisdicional de qualidade!

Muito obrigado!

Su má rio

Fortalecimento de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados 13	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional 27	Gestão da Justiça Criminal 47	Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa 53	Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos 57
Obras e Infraestrutura 65	Governança, Gestão e Transparência 85	Gestão Orçamentária e Financeira 107	Promoção da Sustentabilidade 113	Gestão de Pessoas 119
Garantia dos Direitos Fundamentais 135	Comunicação Social e Estratégica 145	Cultura e Ações Sociais 159	Ações durante a pandemia do coronavírus 173	Plano de Gestão 183



Fortalecimento
de Tecnologia
da Informação e
Comunicação e de
Proteção de Dados



Informatização: prioridade desde o primeiro momento

SOB A ÓTICA da transformação digital e da celeridade processual, a gestão do presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Walter Carlos Lemes, definiu como uma de suas prioridades a área de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJGO, desenvolvendo projetos e investindo recursos em ferramentas tecnológicas e equipamentos para alavancar uma das áreas mais indispensáveis nos tempos atuais.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comuni-

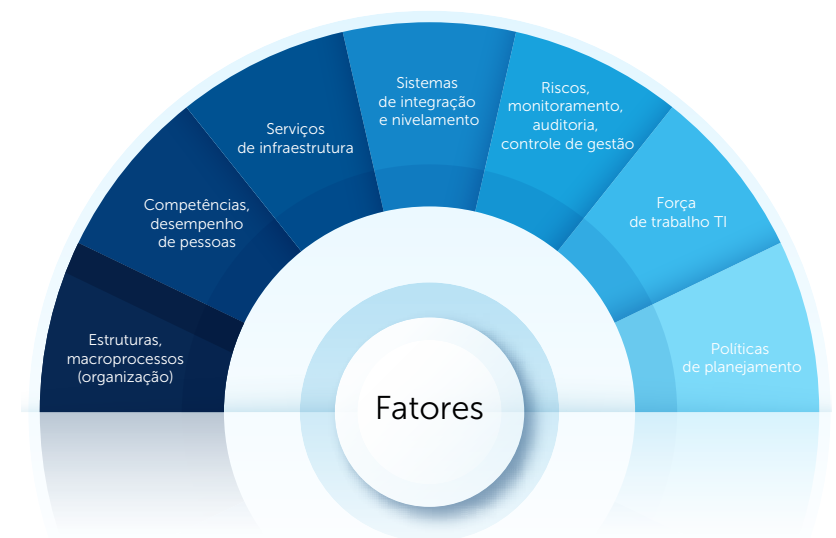
cação (PDTIC) é um dos mecanismos utilizados na execução do Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação e Comunicação, que norteia ações planejadas, com e sem custos para a área de Tecnologia da Informação e Comunicação, visando um desempenho satisfatório de metas e objetivos da Administração. Ele foi de grande importância no desempenho das metas alusivas à área de TIC. Para evolução nesta área prioritária, foi criada a Divisão de Governança e Planejamento de TIC, com o intento de

alcançar índice aprimorado em maturidade de governança, gestão e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário goiano, cujo resultado é representado pelo índice de governança nominado iGovTIC-JUD, indicador que avalia a evolução dos viabilizadores da governança, gestão e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.

MELHORIA DA GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário goiano (iGovTIC-JUD) obteve um aumento de 61,78% no seu nível de maturidade, em relação ao ano de 2018, saltando do nível "Satisfatório", 51%, para o nível "Aprimorado", 82%. Assim, assumindo o TJ de Goiás a 11ª colocação dentre os 27 tribunais de justiça. E o Tribunal caminha para alcançar o nível de "Excelência".

Para alcançar o nível de maturidade aprimorado e, ainda, prestar um serviço de alta qualidade e transparência à sociedade, o TJGO traçou o Plano de Ação iGovTIC, assim como investiu na modernização dos sistemas de tramitação processual, a fim de fomentar o acesso às informações. A iniciativa foi coordenada pelo juiz auxiliar da



IgovTic:

Levantamento de Governança, Gestão de Estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário 2018

Presidência, Cláudio Henrique Araújo de Castro, por meio da Diretoria de Informática, Diretoria de Planejamento Estratégico e demais áreas técnicas.

O plano iGovTIC, neste biênio, instituiu o Plano de Capacitação do Pessoal de TIC e a Política de Gestão de Pessoas de TIC; reestruturou o Organograma de TIC, estabeleceu os Processos de Gerenciamento de Projetos de

**Índice de 82%
no iGovTIC-JUD**
Nível de maturidade
"Aprimorado"

TIC, Gerenciamento de Disponibilidade e Capacidade e Gerenciamento de Ativos de Informação e Infraestrutura.

COMITÊS CRIADOS

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação



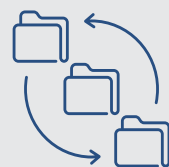
Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação



Comitê Gestor de Segurança da Informação



Comitê Gestor de Controle de Mudança de Tecnologia da Informação e Comunicação



PORTAL DE GOVERNANÇA

O Portal de Governança em Tecnologia da Informação é um canal por meio do qual magistrados, servidores, órgãos de controle e a sociedade em geral têm acesso às informações acerca das políticas, estruturas, atos normativos, processos de trabalho e ações relacionadas à

governança e gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Goiás. O projeto foi iniciado em fevereiro de 2019 pela Divisão de Governança de TIC, vinculada à Diretoria de Informática, e atende aos princípios inerentes à Go-

vernância de TIC, especialmente os definidos pela Resolução CNJ nº 211/2015 e no Plano Diretor de TIC do TJGO e também contribuiu para o alcance da Meta 14 do Plano de Gestão – Melhorar o índice de iGovTic-JUD visando ao alcance do nível "Aprimorado".

*Primeira sessão virtual no
Órgão Especial aconteceu no
dia 26 agosto de 2019*

Implantação da sessão virtual: mais agilidade nos julgamentos

EM MARÇO DE 2019, sob a coordenação do juiz auxiliar da Presidência, Cláudio Henrique Araújo de Castro, e o apoio da Diretoria de Informática e da Diretoria Judiciária, foi implementado o projeto-piloto de sistema de julgamento virtual na 2ª Câmara Cível do TJGO. O TJGO desenvolveu uma ferramenta própria para que os julgamentos se dessem, também, de forma virtual.

Com os resultados animadores, foi publicado o Decreto Judiciário nº 1.696/2019, que dispôs sobre a implantação do Sistema de Julgamento Virtual no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, com a realização da primeira sessão virtual no Órgão Especial, em 26 de agosto de 2019, com expan-

são, em seguida, para todas as Câmaras e Seções Cíveis. E, em breve, o método vai abranger as Câmaras Criminais e as Turmas Recursais.

A novidade tornou mais ágil o julgamento da pauta de processos, possibilitando que os desembargadores julguem seus processos de qualquer lugar e funciona em grande parte dos atos, nos quais não existam pedidos de sustentação oral, nem pedidos dos relatores ou de outros desembargadores, para que o julgamento seja realizado pela forma presencial.

O projeto da sessão virtual colaborou para o cumprimento da Meta 14 do biênio 2019/2021, "Melhorar o índice de iGovTI-C-JUD, visando ao alcance do nível Aprimorado (0,7)".

“É um sonho, porque o Poder Judiciário goiano é extremamente qualificado, mas na parte da informatização nós estávamos em 24º lugar no país. E nós cuidamos muito bem dessa parte, modernizando e colocando o nosso TJ como um tribunal de vanguarda.”

Desembargador Walter Carlos Lemes
Presidente do TJGO

Do meio físico para o formato digital

A ADMINISTRAÇÃO DO TJGO

decidiu aderir ao Processo Híbrido para a passagem do acervo existente no Estado de Goiás do meio físico para o formato digital. O Processo Híbrido é aquele que, tendo iniciado no modo físico, passou a tramitar virtualmente, com a compilação das informações de capa e importação da movimentação processual dos principais atos do 1º grau de jurisdição registrados no Sistema de Primeiro Grau (SPG) e no Sistema de Decisões Monocráticas (SDM), mantendo-se o número originário e os dados já cadastrados.

O projeto teve início no ano 2019, quando foi implantado o

piloto na comarca de Senador Canedo. Após obter avaliação positiva, o Processo Judicial Híbrido foi implantado em todas as comarcas do Estado, em processos de natureza cível. Também foi disponibilizado o Manual de Digitalização de processos físicos do TJGO para as unidades judiciárias que tivessem interesse em digitalizar os seus processos de forma integral. E com a instituição do Processo Judicial Digital (Projudi/PJD) nas unidades judiciárias com competência criminal, em 2020, a Diretoria de Informática também desenvolveu o módulo criminal híbrido para a migração desse acervo criminal.

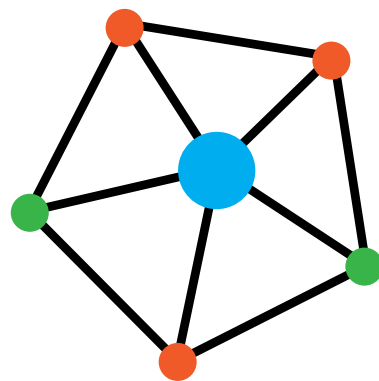
Equipes do TJGO desenvolvem inovações tecnológicas

VISANDO PREVENIR a distribuição de processos judiciais idênticos, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em maio de 2020, lançou a Busca Eletrônica em Registros usando Linguagem Natural (Berna), programa de inteligência artificial que identifica e unifica, automaticamente, volumes significativos de demandas judiciais em trâmite.

O sistema, ao identificar potenciais processos judiciais conexos, cria uma pendência no Sistema Projudi/PJD com a finalidade de alertar os magistrados acerca dessa possibilidade de ocorrência de conexão entre as causas distribuídas, facilitando a análise pelo julgador. Além dessa funcionalidade, o Berna propicia a identificação dos casos para os quais as Turmas de Uniformização e o TJ podem criar Súmulas, bem como ajudar os magistrados e servidores das escriturarias judiciais a estabelecerem novas rotinas e gestão dos processos nas respectivas unidades judiciais.

Como coordenador do projeto, o juiz auxiliar da Presidência, Cláudio Henrique Araújo de Castro, avaliou que “com o Berna, vamos prevenir o uso predatório da jurisdição, uma vez que esse sistema faz a leitura das petições iniciais, verifica similaridades que, uma vez constatadas, permitem sua distribuição ou, em caso de confirmação de competência, o julgamento em bloco”.

A ferramenta se encontra alinhada à Meta 12 do Plano de Gestão, biênio 2019/2021 - Instituir o índice de governança e gestão objetivando alcançar no mínimo, 15% de maturidade.



BERNA
SISTEMA DE
INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL
DO TJGO



APLICATIVO TJGO ADV

O Tribunal também desenvolveu seu primeiro aplicativo: o TJGO ADV para smartphones, ferramenta que proporciona aos jurisdicionados consultar processo judicial em andamento. Ele foi lançado pelo presidente do TJGO, desembargador Walter Carlos Lemes, em maio de 2020. O aplicativo TJGO ADV permite que os cidadãos, advogados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Procuradores do Estado, a partir do número do processo, com mesmo login e senha usados para acessar a plataforma do Projudi/PJD, realizem pesquisas e acompanhem os processos, e ainda, optem por receber notificações dos andamentos processuais. O app está sempre em atualização para disponibilizar novas funcionalidades.

TJGO MÍDIAS

A ferramenta TJGO Mídias, desenvolvida pela Diretoria de Informática, permite o envio de arquivos audiovisuais (vídeos e áudios) dentro do sistema Projudi e começou a funcionar em dezembro de 2020, na 5ª Vara Cível da comarca de Goiânia, como projeto-piloto. A partir de 18 de dezembro de 2020, a ferramenta foi disponibilizada para todo o Estado. Até então, o TJGO utilizava o software DRS para realizar o upload dos vídeos de audiências. Porém, o mesmo só permitia o upload nos computadores onde estava instalado e todas as licenças compradas pelo Tribunal se esgotaram.

Após a confirmação do upload, os arquivos são enviados para o Projudi e uma movimentação no processo é gerada. E, assim, os advogados com acesso ao processo conseguem fazer o download da mídia digital.



VANTAGENS DO TJGO MÍDIAS

- Magistrados e servidores poderão realizar o upload de vídeos e áudios das audiências diretamente no Projudi, de qualquer computador com internet;
- Economia anual de R\$ 766.742,76, com o fim do contrato de manutenção do DRS Audiências.

Maior investimento do Judiciário goiano em equipamentos

EM 2019, todas as unidades judiciárias do Estado de Goiás foram contempladas com novos equipamentos de fibra óptica e/ou sinal de rádio, que aumentou a velocidade na transmissão em até 1.250% em alguns fóruns.

Além de melhorar a velocidade do acesso em todos os links, com níveis superiores a 11 vezes ao atual, os novos equipamentos geraram uma economia de 40,26% para o Tribunal de Justiça.

A velocidade dos links aprimorou a nova realidade digital do Poder Judiciário goiano, pois a medida buscou melhorar o acesso a sistemas informatizados como Processo Judicial Digital (Projudi/PJD) e

Internet 1.250% mais rápida
Economia de 40,26%

Processo Administrativo Digital (Proad) e, dessa forma, otimizar as condições de trabalho, a prestação jurisdicional e a produtividade. A ação coordenada pela Divisão de Infraestrutura Tecnológica da DI possibilitou, também, alcançar maior velocidade na transmissão de imagens, voz e dados, que permitiu a realização de videoconferências, reuniões e plataformas de ensinos a distância.

“As comarcas do interior sempre foram carentes de equipamentos novos, atuais e mais adequados ao trabalho. Com essa distribuição, as comarcas passarão a contar apenas com computadores de última geração. Assim, cumprimos uma das principais metas de gestão do desembargador Walter Carlos Lemes, que foi o compromisso de modernizar todo o parque computacional do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Rodrigo Leandro da Silva
Diretor-Geral do TJGO

REDE CORPORATIVA DE DADOS

Investimento de R\$ 32,4 milhões na aquisição de ativos de rede, incluindo switches, módulos de conexão, cabos e software de gerência para instalação de uma nova rede corporativa de dados no complexo B do TJGO.

AQUISIÇÃO DE SCANNERS DE GRANDE PORTE

Diante da constatação de que o número de scanner de grande porte era insuficiente para fazer frente ao processo de conversão dos processos físicos para o ambiente digital, foi realizada a aquisição de 50 novos equipamentos, o que representa um aumento de mais de 200% na capacidade de digitalização.

NOVO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DO ÓRGÃO ESPECIAL

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, abrangendo a montagem de sistemas de áudio com processamento digital, sistema de videoconferência e multi-conferência, de visualização e interatividade de imagens, de automação dos equipamentos e cenários, treinamento e operação assistida e fornecimento de equipamentos e materiais.



20 mil novos equipamentos
(microcomputadores, monitores e notebooks)

MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL

Expansão do serviço de internet móvel para todas as linhas contratadas. O aumento na quantidade de linhas com pacotes de dados chegou a 375%. Além disso, a Diretoria-Geral do TJGO conseguiu uma redução de 26% no valor total contratado.

PARQUE TECNOLÓGICO

Mais um trabalho de modernização e informatização de todas as unidades foi a aquisição de microcomputadores, monitores e notebooks. Com a renovação do parque tecnológico, o complexo do Tribunal de Justiça e as comarcas passaram a contar com computadores de última geração. Nos dois últimos anos foram trocados 3.000 computadores, diminuindo mais de 30% o número de chamados relativos a problemas técnicos nos equipamentos.

NOVA CENTRAL DE SUPORTE DE INFORMÁTICA

Alinhamento às práticas atuais de mercado que conduzem para o conceito denominado omnichannel, uma estratégia que implica na integração e orquestração de diversos canais de comunicação a serem disponibilizados na Central de Serviços, com o objetivo de aprimorar o atendimento aos usuários. Os serviços serão demandados nas atividades judiciais e administrativas do TJGO, em todas as 127 comarcas do Estado de Goiás.

- Atendimento remoto e presencial;
- Atendimento automatizado via chatbot e voicebot;
- Atendimento automatizado via portal web;
- Atendimento automatizado via aplicativo móvel e WhatsApp (chatbot);
- Atendimento automatizado via URA, SMS e e-mail.

Modernização no envio das correspondências com o e-Cartas

A QUESTÃO DA DISTRIBUIÇÃO

A automática de correspondências judiciais por parte deste Poder Judiciário remonta ao ano de 2015, por iniciativa da comarca de Luziânia, que requereu à Administração a implantação do Sistema de Postagem Eletrônico (SPE), bem como do pedido da Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia, de contratação de solução tecnológica para o envio de correspondência na modalidade carta comercial, denominada e-Cartas, cujo Termo de Referência foi aprovado no biênio 2017/2019.

O projeto, norteado pela economicidade dos recursos com a consequente melhora no desempenho do gasto público, promove ganho de eficiência e celeridade processual com a redução do retrabalho, dos riscos de falhas na emissão de cartas com endereçamento incorreto ou da juntada errada do aviso de recebimento. E, ainda, suscita a automação, que contribui com o controle contábil das custas processuais com correspondências, com a diminuição das falhas na arrecadação e, principalmente, com o aumento da

produtividade, celeridade e consequente economia de recursos.

Este projeto estratégico, implantado oficialmente no TJGO em setembro de 2020, integrante do Plano de Gestão, biênio 2019/2021, trouxe a modernização do sistema de postagem com o lançamento do Programa de Automação Processual, que contempla dois projetos: o robô de cumprimento de atos processuais e a integração do Projudi/PJD com o sistema e-Cartas, dos Correios. (detalhes do programa nas próximas páginas).

Juízo 100% Digital: projeto-piloto abrange 14 unidades de Goiânia

O USO DA TECNOLOGIA para propiciar celeridade processual e conforto às partes é o mote do projeto Juízo 100% Digital que, como o nome sugere, prevê realização de todos os atos no meio virtual. Num modelo piloto, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) começou a aplicar a iniciativa em 14 unidades judiciais de Goiânia – nos Juizados Especiais Cíveis e de Fazenda Pública – para avaliar e monitorar os resultados obtidos.

Instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 345, de outubro de 2020, o Juízo 100% Digital é opcional às partes autora e demandada, logo no momento de propositura da ação.

O projeto foi regulamentado em Goiás por meio do Decreto Judiciário nº 2125, assinado pelo presidente do TJGO, desembargador Walter Carlos Lemes, sendo publicado no dia 27 de novembro de 2020.

Para aplicação do modelo, a juíza auxiliar da Presidência do TJGO, Sirlei Martins da Costa, explicou que foi oportunizado diálogo com representantes estaduais do Ministério Público (MPGO), Defensoria Pública, Associação dos Magistrados (Asmego) e da seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/GO). Conforme o artigo 11 do Decreto, “o projeto-piloto será avaliado após um ano de sua implementação, podendo este

Tribunal optar pela manutenção, pela descontinuidade ou por sua ampliação. Para a análise da ampliação do projeto Juízo 100% Digital serão verificadas as estatísticas do novo modelo”.

Como a escolha pelo modelo digital é facultativa, a opção deverá ser exercida pela parte autora no rosto da petição inicial, podendo a parte demandada opor-se ao formato virtual até o momento da contestação. A Diretoria de Informática do TJGO está desenvolvendo uma ferramenta para que a escolha possa ser feita no momento da distribuição, bem como para que todos os processos do projeto sejam facilmente identificados no sistema.



Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

A revolução no cumprimento de atos cartorários

“ESTA FERRAMENTA especificamente é a que tem o maior potencial para maximizar os trabalhos judiciais. Num grau tão avançado de execução, nós não temos paralelo no Brasil, até onde eu conheço.” Foram essas as considerações do juiz auxiliar da Presidência, Cláudio Henrique Araújo de Castro, na videoconferência que marcou o lançamento do Programa de Inteligência e Automação Processual, em setembro de 2020.

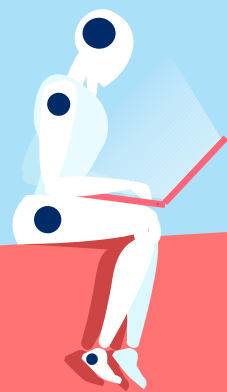
O Programa de Inteligência e Automação Processual tem o objetivo de idealizar e desenvolver soluções automatizadas que contribuam para a eficiência jurisdicional. São dois projetos: 1) integração do Projudi

com o sistema e-Cartas, dos Correios, e 2) robô de cumprimento de atos processuais. O robô desenvolvido pela Diretoria de Informática cumpre os atos processuais de forma automatizada, de acordo com os fluxos das escrivanias previamente mapeados. Todo o trabalho é executado após a análise e classificação feita pelo servidor.

O projeto teve como unidades-piloto a Central de Processamento Eletrônico (CPE) e as Unidades de Processamento Judicial (UPJ) da Família e dos Juizados da Fazenda Pública da comarca de Goiânia. O Decreto

Judiciário nº 1.952/2020 instituiu a ferramenta de automatização das rotinas cartorárias no primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário do Estado de Goiás. A DI ainda editou um manual do usuário e vídeo explicativo, a fim de auxiliar os servidores para usarem a nova funcionalidade.

Ganho de produtividade verificado com os projetos:
700% a 6.800%



Projeto propôs auxílio remoto às comarcas com excesso de processos



A PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO por meio do trabalho remoto foi a solução encontrada para resolver o problema das comarcas com excesso de processos, sem a necessidade de deslocamento dos servidores das comarcas que estão acima da Tabela de Lotação Paradigma (TLP) do CNJ. O trabalho remoto permite que os servidores continuem lotados nas comarcas de origem, mas prestando auxílio em outra unidade judiciária, com a divisão do expediente entre a comarca de origem e a comarca de destino. As lotações dos servidores permanecem nas comarcas de origem, revelando-se medida salutar, pois o diretor do Foro continuará a gerir férias, ausências legais e substituições, sem que o servidor perca o vínculo funcional com a comarca de origem.

O projeto-piloto foi resultado de deliberações ocorridas pela Comissão da Resolução nº 85/2018. Por determinação da Presidência, o projeto-piloto foi implantado tendo como indicação as comarcas de entrância inicial e de vara

Auxílio remoto às comarcas resultou no julgamento de 7.252 processos

(*DADOS DE 2019)

única, com a menor demanda: Varjão, Ivollândia, Urutaí, Israelândia e Cumari; e as com maiores demandas, que passaram a receber o auxílio remoto, foram as comarcas de Caiapônia, Aragarças, Alexânia e Guaporé.

Posteriormente, o auxílio remoto foi estendido às comarcas de Trindade e Catalão. Atualmente, o auxílio remoto às comarcas conta com a estrutura das Centrais de Atos Judiciais e Centrais de Cumprimento de Providências a cargo da Escrivania, de modo que o servidor alocado para prestar o auxílio possa atuar nos processos eletrônicos, liberando os servidores das comarcas do interior para trabalharem nos feitos físicos.

Business Intelligence (BI) para grandes litigantes e execução fiscal

AS AÇÕES DO TJGO voltadas às varas de Execução Fiscal, com a finalidade de impulsionar a tramitação dos processos e a redução do acervo de execução fiscal do Estado, foram coordenadas pelo juiz auxiliar da Presidência, Fabiano Abel de Aragão Fernandes. Em 2019, iniciou-se a elaboração de um Painel Gerencial dos Processos de Execução Fiscal da comarca de Aparecida de Goiânia, que foi apresentado às autoridades interessadas.

O painel gerencial, utilizando a ferramenta de Business Intelli-

gence (BI), agrupa os dados de forma inteligente, o que possibilita o melhor monitoramento dos processos. Esta nova ferramenta de gestão processual oferece melhores previsões dos dados que, com o BI, transformam-se em informações estratégicas na tomada de decisões. Para o painel foram considerados fatores como a produtividade, gargalos processuais e otimização do tempo.

A partir da parceria entre a Prefeitura de Aparecida de Goiânia, a comarca local, o Poder Legislativo e a Diretoria de

O projeto Execução Fiscal Eficiente resultou em uma redução de 35% do acervo processual

Planejamento Estratégico do TJGO, foi aprovada a Lei Complementar nº 170/2019, definindo o valor de alçada de aproximadamente R\$ 968,00. Com a vigência da lei, foram distribuídos 6.026 processos em 2020, contra 13.196 em 2019.

GRANDES LITIGANTES

O projeto Grandes Litigantes identificou os maiores litigantes do Estado de Goiás e estabeleceu mecanismos para a implantação de rotinas a fim de impulsionar o julgamento destas demandas e, consequentemente, promover resultados satisfatórios para o cumprimento da Meta 6 do Plano de Gestão biênio 2019/2021, que é "Julgar 38% do acervo dos maiores litigantes", bem como fomentar significativa redução da taxa de congestionamento.

O TJGO desenvolveu um Painel Gerencial em Business Intelligence (BI), que indica, de forma dinâmica, quais são os maiores litigantes do Estado e seus processos em cada unidade judiciária, de modo a auxiliar magistrados e servidores na gestão deste acervo, diverso e extenso.

Durante o desenvolvimento do projeto, a Diretoria da Gestão da Informação (DGI) realizou o levantamento do acervo processual, que resultou na reformulação do módulo Gran-

des Litigantes no sistema SGE Transparência. Por sua vez, a Diretoria de Planejamento Estratégico, com o acesso aos dados levantados pela DGI, desenvolveu o Painel Gerencial dos Grandes Litigantes.

Outra ação desenvolvida ao longo do projeto, sob a orientação do juiz de Direito da comarca de Itaguaru, Eduardo Tavares dos Reis, foi a obtenção de dados estatísticos que auxiliaram no curso sobre o tema Grandes Litigantes, ministrado pelo magistrado na Ejug.

FAZENDA PÚBLICA DE GOIÂNIA

Com a alteração de competência e unificação da Vara de Execução Fiscal Municipal de Goiânia, em 2015, o acervo da vara única passou a contar com cerca de 230 mil processos. O maior acervo processual por vara, com quantidade de processos superior a várias comarcas do Estado.

A atual Administração, alinhada ao propósito de aprimorar a gestão dos processos referentes à execução fiscal do Estado, estabeleceu na Meta 7 do Plano de Gestão 2019/2021, a redução de 18% do acervo de processos desta natureza.

Para cumprimento da meta, mais uma vez a ferramenta de Business Intelligence (BI) foi o caminho encontrado, dessa vez para auxiliar a 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos da comarca de Goiânia, agrupando dados de forma inteligente, o que possibilitou o melhor monitoramento dos processos e ofereceu ao magistrado e ao responsável pela escrivania apoio no gerenciamento do acervo, por meio de relatórios analíticos, resumos, painéis gráficos e indicadores gerenciais.

BENEFÍCIOS DO PAINEL

- Visualização imediata do acervo;
- Visualização dos processos sem identificação da parte;
- Linha do tempo de distribuição de novos processos;
- Valor total e individual das ações;
- Verificar processos de uma mesma parte;
- Procuradoria do município dimensiona sua demanda e atua nos casos prioritários.

40 milhões de páginas digitalizadas: processo judicial eletrônico nas áreas cível e criminal



Coordenadoria Judiciária da comarca de Goiânia é responsável pela digitalização dos processos de todo o Estado

NESTE BIÊNIO 2019/2021, múltiplas estratégias foram implementadas para consolidar a informatização do processo judicial nas áreas cível e criminal no âmbito do Poder Judiciário goiano, consoante aos objetivos previstos na Lei Federal nº 11.419/2006, que dentre outras diretrizes, determinou aos tribunais a digitalização dos acervos processuais físicos existentes e a manutenção de equipamentos para o acesso à rede mundial de computadores.

Especificamente em relação à digitalização, convencionou-se pensá-la para além do processo de conversão de documentos físicos para o formato digital — com a obtenção de benefícios imediatos, tais quais, a gestão do acervo processual e a organização do ambiente de trabalho da escrivaninha; maior celeridade nas rotinas de trabalho; o aumento da conservação dos documentos originais devido à redução do manuseio operacional; e consolidação do tra-

balho remoto e do teletrabalho para magistrados, servidores e demais partícipes da Justiça, garantido a manutenção e continuidade da entrega jurisdiccional.

Em longo prazo, a digitalização busca permitir a eficiência da atuação institucional por meio do desenvolvimento de parcerias com outros órgãos do sistema da Justiça (OAB, Ministério Público, Defensoria) e demais entidades públicas e privadas para garantir o alinhamento e a integração com as unidades deste Órgão, visando à continuidade dos resultados de curto e médio prazo com agilidade nos trâmites judiciais, acessibilidade e responsabilidade social e ambiental.

Ainda, sobre as estratégias inovadoras, cabe destacar a atuação de voluntários da ONU e soldados do Exército no TJGO para digitalização dos processos, na implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob a coordenação

do juiz auxiliar da Presidência, Cláudio Henrique Araújo de Castro. A atuação dos voluntários foi possível devido ao projeto de cooperação técnica assinado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para

205.557 processos já foram digitalizados

o Desenvolvimento (PNUD). Nesse mutirão para implantação do SEEU foram digitalizados aproximadamente 43 mil processos no Estado de Goiás, sendo 15 mil só na comarca de Goiânia.

PRECATÓRIOS

Em fevereiro de 2019, também foi iniciada a digitalização do acervo processual existente no Departamento de Precatórios do TJGO. A ação contribuiu para o aprimoramento da gestão documental e para a promoção dos avanços tecnológicos. Os trabalhos foram concluídos em março de 2019, com a entrega de todos os processos digitalizados, totalizando 2.063 volumes.





Uma vara especializada em crimes contra crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos

O PODER JUDICIÁRIO GOIANO

criou uma vara com competência para o processo e julgamento de ações penais contra vítimas vulneráveis, ou seja, nas quais figurem crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos. A Resolução nº 130, de 12 de agosto de 2020, foi aprovada pelo Órgão Especial, alterando a competência e denominação da 6ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão da comarca de Goiânia.

A proposta de alteração da competência da unidade judiciária foi apresentada pela juíza auxiliar da Presidência, Sirlei Martins da Costa, com a justificativa de que a norma pretende "outorgar a esta categoria de vítimas, reconhecidas como hipervulneráveis, um trato diferenciado pela sua condição, outorgando-lhes atenção e cuidados especializados e especial." E acrescenta que todas as vítimas contempladas com a

medida contam com proteção em tratados ou convenções internacionais.

A demanda era pretendida pelo Ministério Público e titulares das Delegacias Especializadas há muito tempo. "Reforço a importância do apoio e comprometimento dos promotores e também dos delegados envolvidos com a matéria. É uma conquista conjunta de vários atores do sistema de Justiça", destacou Sirlei Martins da Costa.

Instalação da 2ª Vara Judicial da comarca de Aragarças, em janeiro de 2020



Instalação da 2ª Vara Judicial da comarca de Caiapônia, em dezembro de 2019



Comarcas passam por reestruturação

A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL de 16 comarcas de entrância inicial e intermediária do Poder Judiciário do Estado de Goiás foi alterada. As comarcas de Acreúna, Anicuns, Aragarças, Bom Jesus de Goiás, Caiapônia, Campos Belos, Guapó, Itapuranga, Jussara, Mozarlândia, Padre Bernardo, Piracanjuba, Pirenópolis, Pires do Rio, São Miguel do Araguaia e Nerópolis passaram a ser estruturalmente organizadas em duas varas ju-

diciais com as seguintes denominações e competências: 1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível); 2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal).

As novas varas foram criadas pela Lei nº 20.254/18, com exceção da 2ª Vara Judicial de Caiapônia, essa criada pela Lei Estadual nº 20.510, de 11 de julho de 2019.

UNIDADES JUDICIÁRIAS INSTALADAS

- 1 Comarca de Goianésia: 2ª Vara Cível e Ambiental;
- 2 Comarca de Rio Verde: 2ª Vara de Família e Sucessões;
- 3 Comarca de Itaberaí: 2ª Vara Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri - das Fazendas Públicas e de Registros Públicos e Ambiental;
- 4 Comarca de Aragarças: 2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal);
- 5 Comarca de Caiapônia: 2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal);
- 6 Comarca de Guapó: 2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal).

Fórum de Guapó e instalação da 2ª Vara em Itaberaí





OUTRAS ADEQUAÇÕES

Em sua gestão, o desembargador Walter Carlos Lemes ainda promoveu mudanças, com alteração de competência, em unidades judiciais de outras comarcas. Confira a relação.

- 2ª Vara de Sucessões da comarca de Goiânia: criada mediante a alteração de competência da 7ª Vara de Família da comarca de Goiânia, prevista na Lei Estadual nº 20.254/18 e não instalada – Resolução TJGO nº 123, de 26 de fevereiro de 2020.
- 2ª Vara de Família, Sucessões e Infância e Juventude da comarca de Catalão: criada mediante a alteração de competência da Vara Regional de Execução Penal de Luziânia – Lei Estadual nº 20.816, de 23 de julho de 2020.
- 3ª Vara de Família e Sucessões da comarca de Anápolis: mediante a alteração de competência do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Posse – Lei Estadual nº 20.816, de 23 de julho de 2020.
- 2ª Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores, com sede na comarca de Goiânia: desinstalado o
- Vara de Custódia da comarca de Goiânia: criada mediante a alteração de competência da 9ª Vara Criminal da comarca de Goiânia – Resolução TJGO nº 126, de 27 de maio de 2020.
- 3º Juizado de Fazenda Pública da comarca de Goiânia: criado mediante a alteração de competência da 2ª Vara de Precatórias da comarca de Goiânia – Resolução nº 127, de 10 de junho de 2020.

Várias autoridades prestigiaram elevação da comarca de Itapuranga à entrância intermediária

Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Cristalina e instalada a vara – Resolução TJGO nº 135, de 11 de novembro de 2020.

- Comarca de Itapuranga: foram transferidos os distritos judiciais de Heitorai e Morro Agudo de Goiás das comarcas de Itaberaí e Rubiataba, respectivamente, para a comarca de Itapuranga.
- Comarca de Petrolina de Goiás: o distrito judicial de Santa Rosa de Goiás da comarca de Taquaral de Goiás foi transferido para Petrolina de Goiás – Lei Estadual nº 20.816, de 23 de julho de 2020.

PROPOSTAS

A Administração também realizou audiências públicas com a população e representantes do sistema de Justiça locais para debater a desinstalação das comarcas de Varjão, Taquaral de Goiás e Panamá e do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Cristalina. Ainda, foram apresentadas propostas de especialização de duas varas cíveis da comarca de Goiânia em matéria falimentar, conforme orienta a Recomendação CNJ nº 56, de 22 de outubro de 2019; e de criação de Postos Avançados em municípios goianos que não são sede de comarcas, como forma de aproximar o Poder Judiciário dos cidadãos.



ELEVAÇÃO

Na gestão do desembargador Walter Carlos Lemes, três comarcas foram elevadas à entrância intermediária: São Luís de Montes Belos e Goianira, ambas pela Lei Estadual nº 20.510, de 11 de julho de 2019; e Itapuranga conforme Lei Estadual nº 20.816, de 23 de julho de 2020. O presidente e integrantes de sua equipe foram aos municípios para as solenidades de elevação das comarcas.

Solenidade de elevação da comarca de São Luís de Montes Belos à entrância intermediária

Mutirões agilizaram processos que necessitavam de perícias

MAIS DE OITO MIL PERÍCIAS foram realizadas em mutirões promovidos pela Junta Médica durante a atual gestão. A ação teve o intuito de dar mais agilidade aos processos nos quais o juiz exige a perícia como prova e envolveu ações relativas ao DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre), interdição civil e previdenciários do INSS. As edições ocorreram em 2019, nos meses de maio, agosto e setembro.

Mutirões realizados pela gestão buscaram reduzir o tempo entre o agendamento e o exame



Presidente e corregedor-geral assinam termo de cooperação para perícias do Seguro DPVAT

TERMO DE COOPERAÇÃO

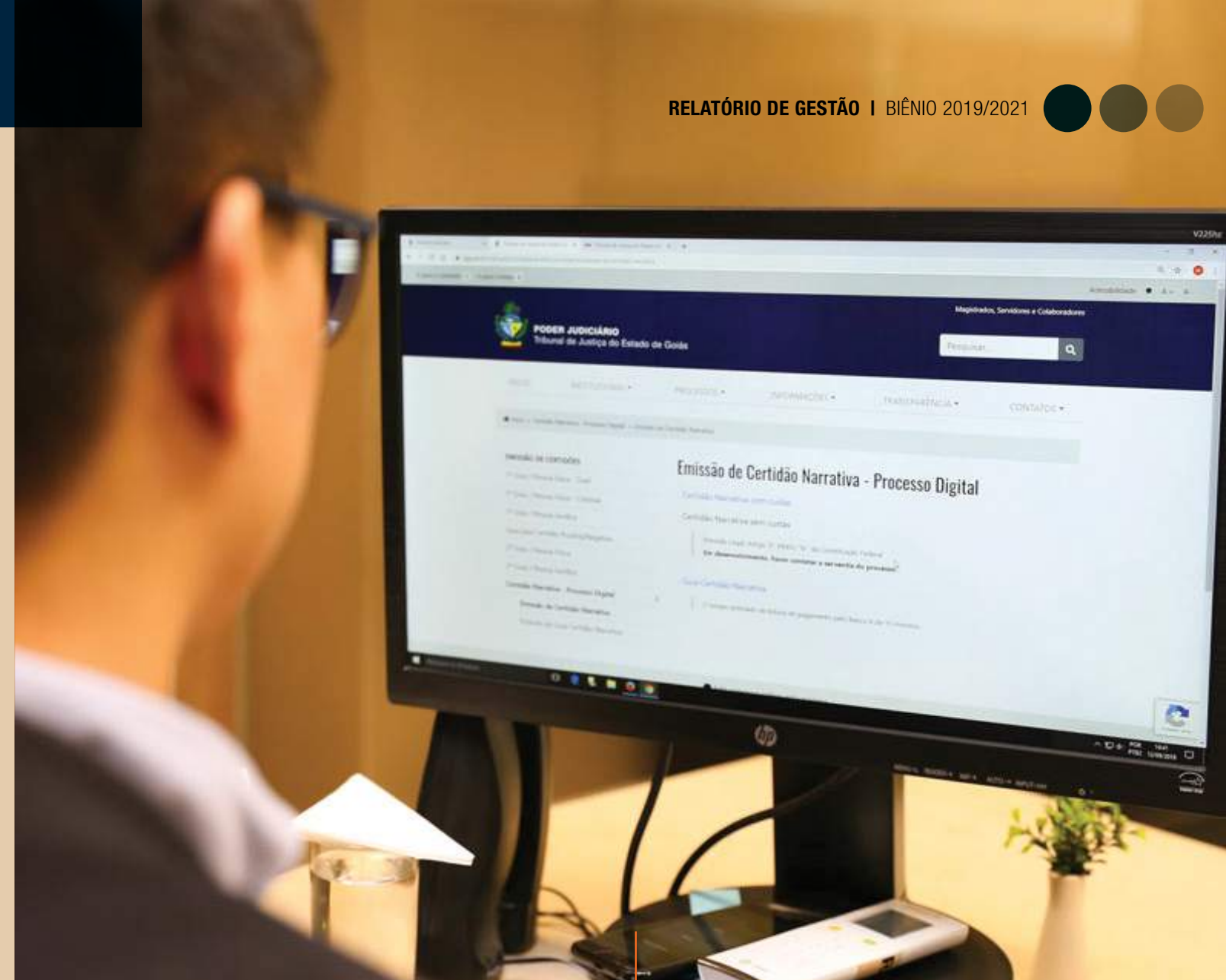
Para dar maior celeridade ao julgamento de ações relacionadas ao Seguro DPVAT, o presidente do TJGO, desembargador Walter Carlos Lemes, e o corregedor-geral da Justiça do Estado de Goiás, desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, assinaram, em setembro de 2019, com representantes da Seguradora Líder, termo de cooperação técnica para a realização de perícias judiciais relacionadas a essa demanda.

Com o ato, a realização das perícias médicas judiciais presenciais passou a ser determinada pelos magistrados em quaisquer ações que envolvem o Seguro DPVAT, independente de qual seja a entidade/seguradora demandada, inclusive as que tramitam sob o pálio da assistência judiciária gratuita, bem como em pautas concentradas. Assim, as ações não passam mais pela Junta Médica Oficial, que pode utilizar seus recursos humanos e materiais para as perícias cuja responsabilidade foi determinada por lei, além de trazer mais agilidade para realização de outros procedimentos.



Órgão Especial regulamenta citações e intimações por meio eletrônico

O **ÓRGÃO ESPECIAL DO TJGO** regulamentou, via Resolução nº 100/2019, o procedimento de citação e intimação por meio eletrônico, tendo como destinatários órgãos públicos, Procuradorias da União, do Estado e Municípios, Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e pessoas jurídicas de direito privado, que passaram a receber as comunicações pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJE). A normatização passou a oferecer mais celeridade, economia e efetividade nos atos de comunicação processual, em relação ao meio postal ou por oficial de justiça.



Certidão Narrativa on-line para processos com custas

Com emissão on-line partes e advogados não precisam se dirigir a cartórios para emitir o documento

EM SETEMBRO DE 2019, o Poder Judiciário goiano passou a oferecer a emissão on-line de certidões narrativas para processos com custas. O documento, que consiste em narrar todas as movimentações do processo judicial, pode ser solicitado por partes e advogados no sítio eletrônico do TJGO, sem necessidade de se dirigirem às unidades judiciárias. Com a automatização, além de mais eficiência na prestação jurisdiccional, deixou-se de emitir milhares de folhas de papel, proporcionando impacto positivo nos objetivos socioambientais.



Campanha sensibiliza para o cumprimento das metas 2 e 8 do CNJ

A PRESIDÊNCIA E A CORREGEDORIA-GERAL da Justiça do Estado de Goiás, com o apoio da Diretoria de Planejamento Estratégico e da Diretoria da Gestão da Informação, lançaram a Campanha de Sensibilização para impulsionar as Metas 2 e 8 do CNJ, que consistem em julgar, respectivamente, os processos mais antigos e os casos de violência doméstica e feminicídio, na Justiça Estadual. A campanha ocorreu ao longo de 2019 e utilizou recursos e programas próprios, com envio de ofício circular a todos os magistrados e veiculação de mídias motivacionais no sítio eletrônico e redes sociais do TJGO.

Serviços de Teleatendimento e de Informação ao Cidadão



COM O OBJETIVO DE OTIMIZAR

a prestação dos serviços prestados à sociedade, o Telejudiciário, serviço de teleatendimento, foi unificado ao Núcleo de Telecomunicações da Diretoria de Informática. A medida de racionalização se justifica em razão da evolução da migração dos processos para o ambiente eletrônico, implicando numa redução significativa na busca de informações a respeito do andamento dos processos pela via telefônica.

Também foi colocado à disposição da sociedade o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e do procedimento relativo ao acesso à informação. A medida atende à resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a Lei de Acesso à Informação. A resposta é enviada por e-mail ou meio físico.



Gestão da Justiça Criminal



TJGO institui processo eletrônico em todas as unidades judiciárias com competência criminal

O MARCO DA IMPLANTAÇÃO FOI a publicação do Decreto Judiciário nº 831/2020, instituindo o Processo Judicial Digital (Projudi/PJD) nas unidades judiciárias de primeiro e de segundo grau de jurisdição com competência criminal, em todo o Estado de Goiás, a partir de 27 de abril de 2020. A partir disso, novas ações, comunicados, procedimentos policiais e medidas de natureza criminal passaram a tramitar pelo PJD.

“Esse é um momento histórico para nós do Poder Judiciário goiano. O Tribunal de Justiça está tentando implantar a tramitação eletrônica para os processos criminais há muito tempo e é um orgulho conseguir fazer isso na minha gestão. Eu e minha equipe temos trabalhado arduamente na informatização do Tribunal, pois é um dos legados que quero deixar. Com a experiência que temos na área cível, totalmente eletrônica, é notório o ganho de produtividade e eficiência na prestação jurisdicional após a implantação do processo digital”, destacou o presidente Walter Carlos Lemes.

Em razão das peculiaridades da natureza das ações criminais, bem como da interdependência do Judiciário com outros órgãos integrantes do sistema da Justiça, foram elaborados planos de trabalho e celebrados termos de cooperação entre o TJGO, o Ministério Público, a Defensoria

Alcance das metas 4 e 8 do Plano de Gestão

META 4: Atingir 90% do índice de processos eletrônicos

META 8: Implantar processo eletrônico em 50% das unidades judiciárias com competência criminal (implantação aconteceu em 100% das unidades)

Pública e a Secretaria de Segurança Pública, com a finalidade de desenvolver ações conjuntas e coordenadas entre os cooperados para uma efetiva, célere e transparente tramitação dos procedimentos e processos criminais pela forma eletrônica.

Para virtualização do acervo existente, foi adotado o uso da plataforma de Processo Híbrido, já aplicado na área cível, como instrumento para inserção do acervo no Projudi/PJD.

O coordenador dos trabalhos de implantação do Processo Judicial Digital no ambiente criminal, com apoio de diversas áreas técnicas, foi o juiz auxiliar da Presidência, Cláudio Henrique Araújo de Castro.



Adesão ao Justiça Presente

Equipe do CNJ esteve em Goiânia para adesão do TJGO ao programa

EM 2019, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado de Goiás também aderiu ao Programa Justiça Presente, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça e do Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento. O programa tem o objetivo de enfrentar os graves problemas do sistema penitenciário brasileiro, por meio de ações coordenadas nacionalmente e customizadas à realidade de cada Estado, e envolve quatro eixos de atuação: sistemas eletrônicos, propostas e alternativas ao superencarceramento, políticas de cidadania e sistema socioeducativo.

No TJGO os trabalhos estão voltados para atender ao Eixo Sistemas Eletrônicos, com a execução de ações estratégicas voltadas para emissão de documento civil de pessoas privadas de liberdade e egressas, a partir da identificação biométrica.

A customização dos planos de trabalho fornecidos pelo CNJ, dividido em logística para re-

cebimento dos Kits de identificação biométrica (KitsBio), capacitação para instalação e operação do KitBio e coleta dos dados biográficos e biométricos, contou com o esforço conjunto do CNJ, Presidência e Corregedoria-Geral e Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado de Goiás, sob a coordenação dos juízes auxiliares da Presidência, Cláudio Henrique de Araújo de Castro e Sirlei Martins da Costa. Também cabe destacar o apoio da Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP), que forneceu dados sobre as unidades prisionais e a população carcerária do Estado de Goiás.

A realização do cadastro biométrico da população carcerária abre oportunidade para que as pessoas privadas de liberdade e egressas regularizem seus documentos pessoais e pensem num plano de vida pós-encarceramento, para retomada de laços familiares e sociais, bem como a inserção no mercado de trabalho.



Magistrados e servidores participaram de cursos para implantação do SEEU

TJ de Goiás é um dos primeiros a implantar SEEU

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** do Estado de Goiás (TJGO) foi um dos primeiros a implantar o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), política nacional disseminada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro, um trâmite processual mais eficiente e, ain-

da, proporciona a gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil. A Resolução nº 107/2019 foi aprovada pelo Órgão Especial em atendimento à Resolução nº 280/2019 do CNJ.

O TJGO elaborou um plano de projeto para acompanhar a capacitação dos servidores, bem como a digitalização, cadastramento e implantação dos processos no sistema. E, ainda, pro-

moveu parceria com os órgãos do sistema de Justiça do Estado de Goiás, como Ministério Público, Defensoria Pública, OAB-GO e DGAP.

No início da ação, em agosto de 2019, o Poder Judiciário goiano contava com um acervo de aproximadamente 53 mil processos de execução penal, sendo 43 mil físicos que foram digitalizados, para posterior cadastramento no SEEU. O processo de digitalização e de cadastro do acervo físico contou com uma força tarefa constituída por servidores do Tribunal e com o apoio de voluntários do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de soldados do Exército Brasileiro.

A implantação do SEEU em todas as Varas de Execução de Goiás foi concluída em fevereiro de 2020, o que significou não só o cumprimen-

SEEU em Goiás

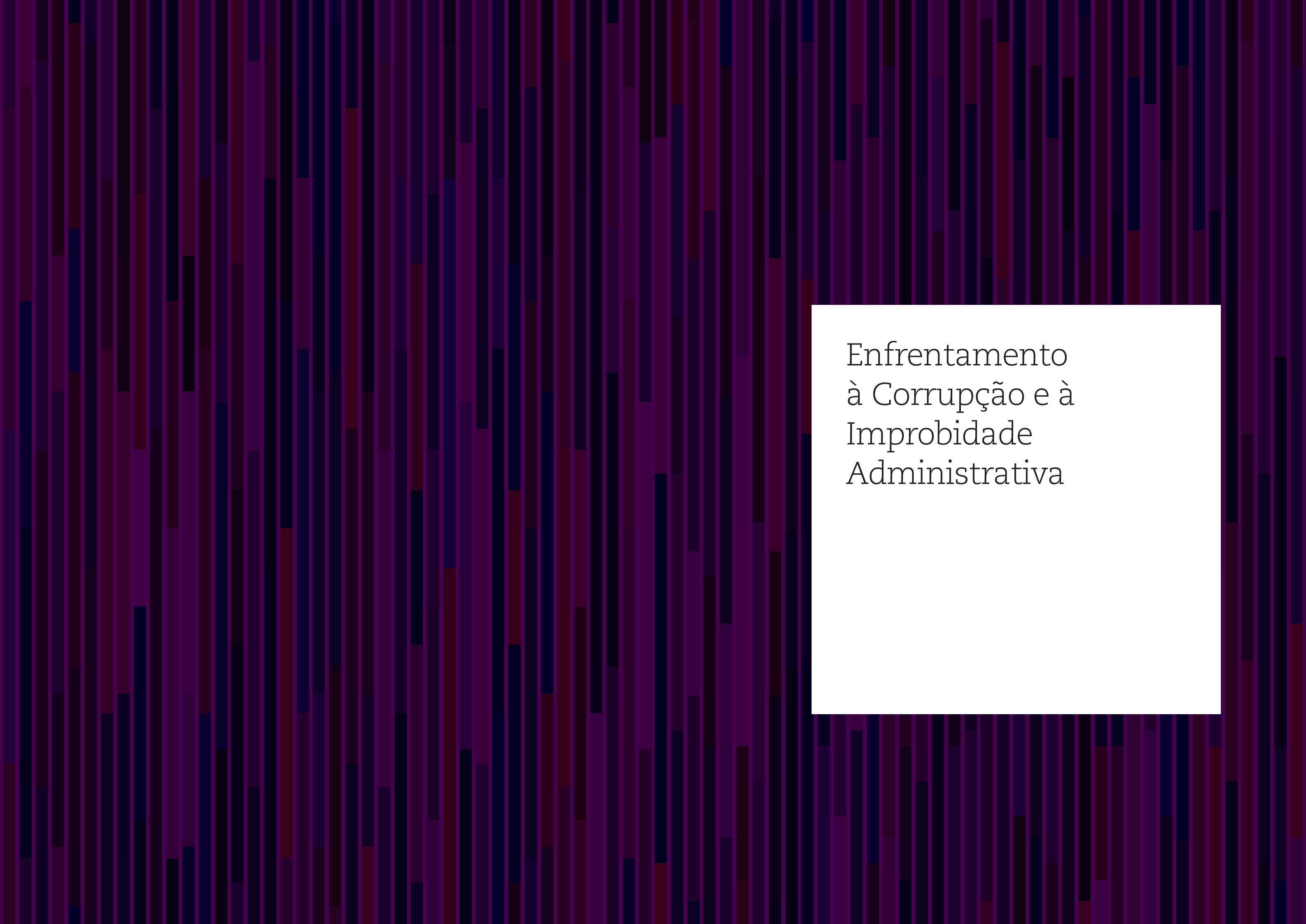
59.906 processos cadastrados

56.550 processos implantados

43 mil processos digitalizados

to integral da determinação do CNJ de adoção do sistema, como também um grande avanço, em termos tecnológicos, para a melhoria do sistema penitenciário no Estado de Goiás.

Essa foi mais uma ação que também contribuiu para o cumprimento das metas 4 e 8 do Plano de Gestão, biênio 2019/2021.



Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa



Criação de duas varas especializadas para julgamento de organizações criminosas

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Walter Carlos Lemes, instalou a 1ª e a 2ª Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores, com sede na comarca de Goiânia e jurisdição em todo o Estado de Goiás. A 1ª Vara foi instalada após a publicação da Lei

nº 20.510, de 11 de junho de 2019, que alterou a Organização Judiciária do Estado de Goiás. E a 2ª Vara após ser desinstalado o Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Cristalina – Resolução TJGO nº 135, de 11 de novembro de 2020.

As unidades são específicas para o processamento e julgamento de ações relativas às Leis Federais nº 9.613/98 (Crimes de “lavagem” ou ocul-

tação de bens, direitos e valores) e nº 12.850/13 (Organização Criminosa).

A solenidade de instalação da 1ª Vara foi realizada em setembro de 2019 e da 2ª Vara em janeiro de 2021. No primeiro evento também ocorreu a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o TJGO, o Poder Executivo e Ministério Público, que destina verbas de ações de combate à corrupção para recuperação da rede física das escolas públicas estaduais, ação importante para revitalização das escolas, proporcionando conforto e qualidade no ensino no Estado, beneficiando os estudantes e toda a sociedade goiana.

Solenidades contaram com presença do governador Ronaldo Caiado e representantes das instituições do sistema de Justiça

A criação e instalação das unidades estão alinhadas à Meta 3 do Plano de Gestão 2019/2021 – Reduzir em 25% o acervo das ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública.

Adoção de
Soluções
Consensuais para
os Conflitos

Goiás tem o primeiro Cejusc do Brasil exclusivo para demandas de saúde

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado de Goiás (TJGO), em uma iniciativa inovadora, criou uma unidade exclusiva para o atendimento aos cidadãos que precisam da ação da Justiça para o acesso a serviços de saúde, como procedimentos cirúrgicos e medicamentos, por exemplo. No Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Saúde (Cejusc da Saúde), a intenção é o tratamento adequado do conflito de saúde e agilidade na resolução do problema, com a previsão de encerramento do procedimento em até 72 horas, diminuindo a judicialização inadequada das questões relacionadas à saúde em Goiás. O projeto nasceu frente à crescente demanda de processos judiciais relativos à questão da saúde no Estado de Goiás, posto que de 2008 a 2017 esse número aumentou 130%.

Para uma atuação mais eficaz e rápida, o TJGO firmou convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, município de Goiânia e Ipasgo. E, ainda, conta com a parceria da Defensoria Pública e Ministério Público. Há, ainda, a colaboração do Núcleo de Assessoramento Técnico em Saúde (Natjus), para o desempenho da conciliação dos conflitos que envolvem a judicialização da saúde. A equipe elaborou o Manual do Cejusc da Saúde, disponível no site do TJGO.

Outra medida importante foi a edição de um decreto municipal, o qual estabelece que as de-

mandas que envolvam saúde e questões sanitárias, e sejam contra a Prefeitura de Goiânia, poderão ser resolvidas com acordos extrajudiciais no Cejusc da Saúde, desde que o valor da causa não ultrapasse 20 salários mínimos, tornando a tramitação dessas ações mais ágil e menos burocrática.



Cejusc da Saúde tem parceria com diversos órgãos



Solenidade de premiação na sede do CNJ em Brasília

TJGO recebe duas premiações no Conciliar é Legal

NA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO

(SNC) 2019 foram realizadas 69.014 audiências com a celebração de 61.574 acordos, representando um percentual de 89,22%, desempenho superior em 36,4% ao alcançado em 2018. Somados, os acordos no pré-processual (ações ainda não ajuizadas) e no processual (ações já em andamento na Justiça) chegaram a um total de R\$ 200,8 milhões.

Os resultados deram ao TJGO o prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça

(CNJ), na categoria “Semana Nacional de Conciliação”, em razão do total de acordos realizados durante a XIV Semana. E o TJGO ainda foi premiado em outra categoria. A juíza de Direito Aline Vieira Tomás, da comarca de Anápolis, venceu na categoria juiz individual – Justiça Estadual, pelo “Projeto ADOCE: acordos após ingestão de dextrose/glicose observados em conciliações judiciais (processuais) e extrajudiciais (pré-processuais)”. A premiação foi realizada em Brasília, em fevereiro de 2020.



Resultados SNC 2019

69 mil audiências

61 mil acordos

R\$ 200 milhões em acordos

EDIÇÃO 2020

Na 15ª edição da Semana Nacional de Conciliação, as audiências foram realizadas, preferencialmente, por videoconferência. A prioridade para as audiências presenciais foi para as causas de família.

A novidade ficou por conta do lançamento do projeto Cejusc Itinerante – Canal de Conciliação e Cidadania. O termo de cooperação técnica para o projeto foi assinado pelo presidente do TJGO, desembargador Walter Carlos Lemes, e pelo prefeito de Goiânia, Iris Rezende, e fomenta e dissemina os métodos consensuais de solução de conflitos, disponibilizando um veículo tipo van, com equipes do TJ e da prefeitura, para ir até bairros mais afastados da capital para promover a negociação.

Resultados SNC 2020: 32 mil pessoas atendidas; 8.152 audiências; 1.907 acordos e R\$ 13,5 milhões em acordos.



Iniciativas para fomentar os métodos consensuais de solução de conflitos

Comarca de Caldas Novas recebeu três unidades do Cejusc

O DESEMBARGADOR WALTER CARLOS LEMES

pautou como um dos pilares para sua gestão o método consensual de solução de conflitos. Para o presidente, o Poder Judiciário detém uma quantidade imensurável de trabalho e ações de diversas naturezas que podem ser resolvidas se for dedicada uma maior atenção à conciliação. “Precisamos ter a consciência de que por meio do diálogo franco e aberto podemos auxiliar efetivamente no desafogamento das demandas judiciais e amenizar a cultura do litígio. Somos atores do Poder Judiciário e, nesse palco, temos que

procurar trabalhar de maneira uníssona, harmoniosa e célere”.

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (Nupe-mec) promoveu, em conjunto com as áreas técnicas, diversas ações com o intuito de melhorar os processos de trabalho adotados nas unidades do Cejusc, tais como: a adequação para corrigir inconsistência técnica no repasse de dados estatísticos; a adaptação da Tabela Processual Única (TPU) vigente e considerada pelo Conselho Nacional de Justiça o meio para medir a produtividade dos tribunais de justiça; a produ-

12 Cejuscs foram inaugurados sob a gestão do presidente Walter Carlos Lemes

ção de um indicador denominado “Audiência Realizada com Sentença de Homologação”.

Outro ponto importante foi o termo de cooperação assinado entre o TJGO e a Universidade Federal de Goiás para instalar um Cejusc na UFG. O centro foi instalado em solenidade no dia 18 de janeiro de 2021.



Obras e Infraestrutura

**Gestão promove
primeira grande
reforma do bloco B
do edifício-sede**

COM A FINALIDADE DE MODERNIZAR e garantir maior acessibilidade a todos os usuários do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), o presidente Walter Carlos Lemes, assinou, em 31 de outubro de 2019, a ordem de serviço para a execução da reforma do bloco B, do Complexo do Tribunal. Esta é a primeira vez que o prédio, inaugurado em 1986 e que abrigou a sede do fórum da comarca de Goiânia, passa por ampla reforma.



“Pensamos nos magistrados, servidores, mas também nos usuários. É a realização de um sonho que está se concretizando. Queremos que os usuários se sintam bem servidos. Foi pensado algo simples, moderno e economicamente viável”,

Desembargador Walter Carlos Lemes
Presidente do TJGO (em 31/10/19)

Com a reforma, o prédio ganhou uma arquitetura futurística e moderna, com espaços físicos planejados e funcionais. Oportuno ressaltar que a reforma empregou materiais sustentáveis e altamente tecnológicos, o que garantiu uma

padronização dos espaços físicos e a estética dos ambientes.

A área reformada é de 35.912,93 metros quadrados, contemplando os gabinetes dos desembargadores, juízes substitutos em segundo grau, Câmaras Cíveis e Criminais com as suas respectivas secretarias e, ainda, as diretorias técnicas e administrativas.

O desembargador-presidente ressaltou que o projeto original, desenhado na gestão do

desembargador Gilberto Marques Filho, foi seguido integralmente, e leva assinatura das arquitetas da Divisão de Arquitetura do TJGO, Milena Fleury de Alencastro Veiga e Liana de Oliveira Resende Floriano. A administração constituiu uma equipe para o acompanhamento diário da obra, com a finalidade de garantir o cumprimento das etapas com a maior celeridade possível. Inauguração em 28 de janeiro de 2021.

Presidente acompanhou, semanalmente, as etapas e avanços da obra

Comarca de Bela Vista de Goiás ganha fórum com novo conceito estético e de sustentabilidade

*Início das obras teve
presença do presidente e
comitiva do TJGO*



Júris de maior complexidade em novo espaço

O AUDITÓRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI DE GOIÂNIA, localizado no Fórum Cível Heitor Moraes Fleury, tem uma capacidade para 279 lugares e foi adequado para as necessidades de júris de maior complexidade. A entrega ocorreu em janeiro de 2020. Para as adaptações do auditório, a Diretoria do Foro ampliou a sala dos réus e construiu duas salas para as testemunhas – de acusação e defesa – dois banheiros (masculino e feminino) e refeitório para jurados. Os júris são agendados às terças, quartas e quintas-feiras. Os de menor complexidade continuam no Fórum Criminal Desembargador Fnelon Teodoro Reis.



PRIMEIRA OBRA LANÇADA NA GESTÃO do desembargador Walter Carlos Lemes, a construção do novo prédio do fórum da comarca de Bela Vista de Goiás teve início em março de 2020 e representa uma conquista para a comunidade local, haja vista que o município, apesar de ser interior, enfrenta situações complexas pela proximidade com a capital.

“Bela Vista é minha terra natal e sonhei com essa obra. É um projeto de fórum diferenciado, bonito, avançado, moderno, que marcará a presença do Poder Judiciário na cidade e será

exemplo para todo Estado”, declarou o desembargador-presidente no ato de início das obras.

O edifício, erguido em um terreno de 10 mil metros quadrados, tem uma área construída de 4 mil metros quadrados, seguindo uma nova concepção arquitetônica e de engenharia que atende às diretrizes de acessibilidade, sustentabilidade e eficiência ambiental, estabelecidas na Resolução CNJ nº 114/2014.

O novo prédio agrega três varas judiciais e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). O prédio conta com painel para energia fotovoltaica e poços de infiltração com caixa de recarga para alimentação do lençol freático. A construção tem um pavimento térreo e subsolo com estacionamento para magistrados e servidores e, também um estacionamento externo para os usuários. Além disso, há acesso independente para magistrados e uma entrada no fundo do prédio para viaturas com detentos que precisam ir ao local participar de audiências.

Segundo o diretor de Obras do TJGO, Luiz Cláudio Dias Ferreira, o destaque do prédio é o desenvolvimento de um novo conceito estético, em uma proposta que contemplará fachada pele de vidro e revestimento de alumínio (ACM). Inauguração em 26 de janeiro de 2021.



NOVO FÓRUM CRIMINAL

A gestão do desembargador Walter Carlos Lemes, tendo o juiz Paulo César Alves da Neves como diretor do Foro, também planejou importante projeto para a comarca de Goiânia: a construção de um novo Fórum Criminal. A pedra fundamental da obra foi lançada em 15 de janeiro de 2021.

Fóruns reformados

Anápolis – A reforma e readequação do fórum da comarca de Anápolis foi entregue em novembro de 2020. O escopo da obra contemplou a reforma dos banheiros públicos em todos os pavimentos do prédio, totalizando 16 banheiros, com: substituição de todas as instalações hidráulicas, louças, metais, piso, bancadas e revestimentos de parede. Ainda foram criados banheiros acessíveis (masculinos e femininos), em todos os pavimentos, para atendimento às normas de acessibilidade. Ainda, foi realizada a adequação do espaço que abrigava parte do Arquivo Judicial do fórum, com área de aproximadamente 450 m², que passou a abrigar duas varas criminais. Para isso, foram executados serviços de substituição do piso, execução de forro e paredes em placas de gesso acartonado, instalação de aparelhos de ar-condicionado tipo split, instalação de novas esquadrias (portas e janelas).



Catalão – O fórum da comarca de Catalão, um investimento de R\$ 1.605.426,58, foi entregue em dezembro de 2020. Houve a ampliação do prédio com um acréscimo de 2.730,16 metros quadrados, com a ampliação do Tribunal do Júri, criação de novas alas para varas e escritanias e subsolo com estacionamento privativo. No prédio, em geral, foram executados serviços de forro e paredes em placas de gesso, pinturas, instalação de louças, metais e revestimentos de parede em sanitários e copas. Além disso, os revestimentos de piso foram substituídos por porcelanato e granito, e foram instaladas novas esquadrias no

prédio, como janelas em alumínio e portas em vidro e madeira, além da execução de novo telhamento. Todas as janelas do térreo receberam grades e nas salas foram instalados aparelhos de ar-condicionado. Os corredores receberam extintores e bebedouros, além de placas de comunicação visual. Já na parte externa, foi feito estacionamento coberto para os servidores, pinturas de grades e portões, instalação de cerca elétrica e concertina em todo o perímetro do prédio, execução de fachada em brise e pele de vidro, plantio de mudas e grama, instalação de guarda-corpo e corrimãos, além de piso tátil.





Espaço unifica áreas dos Cejuscs das varas cíveis e das varas de família e sucessões da comarca de Goiânia

Secretaria Unificada do 1º e 2º Cejusc conta com 30 bancas de conciliação

A SECRETARIA UNIFICADA do 1º e do 2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da comarca de Goiânia foi construída no espaço anexo ao Fórum Cível Heitor Moraes Fleury e inaugurada em outubro de 2020.

O novo espaço é uma obra da atual gestão e foi projetado para garantir mais conforto e melhor acolhimento aos jurisdicionados. De acordo com o diretor do Foro da comarca de Goiânia, juiz Paulo César Alves das Neves, “a intenção foi concentrar o atendimento em uma estrutura mais adequada, buscando oferecer um tratamento mais digno, ético e com maior urbanidade ao jurisdicionado”.

São 30 bancas, sendo 26 salas de conciliação e quatro de mediação, mais amplas para comportar o número maior de participantes, principalmente nas audiências que envolvem ações da área de família. O 1º Cejusc é destinado aos juizados e varas cíveis e o 2º Cejusc é exclusivo para varas de família e sucessões, ambos da comarca de Goiânia.

Além disso, no local será possível a realização de mutirões de audiência, a exemplo do evento anual da Semana Nacional da Conciliação, o que vai acabar gerando considerável economia ao Poder Judiciário goiano, pois não haverá mais a necessidade de locação de espaços para essa finalidade.



Novas instalações do Centro de Saúde e da Junta Médica do Poder Judiciário goiano

EM NOVEMBRO DE 2020, o presidente do TJGO, desembargador Walter Carlos Lemes, entregou as novas instalações do Centro de Saúde e da Junta Médica do Poder Judiciário goiano. A

nova estrutura comporta 10 salas para a realização de perícias, sala de reunião, arquivo, consultórios médicos e odontológicos, sala para fisioterapia, enfermagem, psicologia, farmácia, sala de material e esterilização, secretaria e diretoria, copas, sala para profissionais de serviço social e carceragem.

O espaço oferece mais qualidade para realização dos atendimentos aos magistrados, servidores e cidadãos, com salas adequadas, que seguem todo um protocolo de biossegurança e de acesso fácil à comunidade.

Novas instalações ficam na Avenida 85, Setor Sul, próximo à sede do TJGO



Palácio da Justiça: a vitrine do Poder Judiciário com novo projeto paisagístico

PARTE INTEGRANTE DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO do complexo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o projeto paisagístico compreende a reforma do calçamento externo com acessibilidade, o serviço de jardinagem e arborização dos espaços internos e externos ao Palácio da Justiça Clenon de Barros Loyola, a reforma das grades, a irrigação automatizada do jardim, a iluminação da fachada e do jardim com lâmpadas de LED, a execução de pergolados metálicos, o monumento com fonte "Águas da Justiça", bem como a restauração do monumento aos Direitos Humanos, na entrada do bloco A.

Ainda, em parceria com a Prefeitura de Goiânia, foi feita a recuperação do manancial de águas existente no subsolo do edifício-sede do TJGO, com o bombeamento da água para abastecer o lago principal do Bosque dos Buritis, com vista a readequar o seu volume hídrico.

TJGO contrata manutenção predial especializada

REVITALIZAÇÃO DOS FÓRUNS

Aparecida de Goiânia – A manutenção corretiva programada no fórum da comarca de Aparecida de Goiânia foi finalizada em novembro de 2020. A manutenção contemplou os serviços de reparos no telhado, substituição de louças e metais, execução de forro e paredes em placas de gesso, instalação de novas esquadrias (portas e janelas), instalação de bancada de granito na copa do Tribunal do Júri, pintura interna, pintura da fachada, pintura de piso, pintura dos gradis/portões, execução de pavimentação e restauração do meio-fio interno.

A MANUTENÇÃO PREDIAL das unidades do Poder Judiciário goiano foi completamente terceirizada, englobando mão de obra e materiais. O modelo garante agilidade nos serviços, uma vez que não é necessária licitação para compra de produtos para os reparos. Todas as informações constam de uma cartilha editada pela Diretoria de Obras do TJGO. Além de dar mais celeridade ao procedimento, o TJGO passou a fazer a manutenção preventiva, algo inédito no Poder Judiciário goiano. As manutenções são divididas em três tipos: preventiva, corretiva e corretiva emergencial.

Alto Paraíso – No fórum da comarca de Alto Paraíso os serviços foram concluídos em meados de março de 2020 e abrangeram a pintura interna e externa do fórum, pintura dos gradis, pintura da calçada de proteção do prédio, pintura do reservatório superior de água, reparo do piso do estacionamento, reparos e impermeabilização do telhado, pintura e reparo nas esquadrias e substituição de ralos, torneiras, sifões, engates, acabamentos das válvulas de descarga e assentos para vaso sanitário.

Valor do investimento
R\$ 7.683.743,34 (anual)

Goianira – A manutenção corretiva programada no fórum da comarca de Goianira foi finalizada em novembro de 2020. Dentre os serviços executados na comarca estão revisão e instalação de novas esquadrias (portas de madeira), reparos no telhado, rede de captação de águas pluviais, pintura das grades dos vazios, dos gradis e portões, tratamento das infiltrações, dedetização do entre forro, substituição de louças e metais, execução de paredes de gesso acartonado, pintura interna e externa, pintura do teto, pintura de piso, substituição de piso dos vazios, instalações elétricas e lógicas, substituição de luminárias e pintura do letreiro da fachada.

Aragarças – No início de março de 2020 também foi finalizada a manutenção corretiva programada no fórum da comarca de Aragarças. Foram executados os serviços de reparo geral no telhado, pintura interna e externa, revisão de esquadrias (portas, portões e janelas), recuperação de paredes trincadas, pintura da calçada de proteção do prédio e da casa de gás, pintura das grades, pintura do reservatório superior de água, substituição de torneiras, sifões, engates, acabamentos das válvulas de descarga e assentos para vaso sanitário, caiação do meio-fio interno e pintura demarcatória no estacionamento.

Mineiros – Na comarca de Mineiros, o principal serviço executado foi a substituição do telhamento, rufos e calhas da cobertura do fórum. Além disso, foi refeito parte do reboco externo para conter infiltrações nas salas e executado o embutimento de drenos de ar-condicionado.

Ceres – A manutenção programada na comarca de Ceres englobou, principalmente, a correção do piso do fórum, tanto externo como interno. Dessa forma, em salas e circulações onde o piso cedeu, foi feito o contrapiso e instalado novo porcelanato como revestimento. Na parte externa, foi refeita a instalação dos pavers na rampa de entrada de veículos e, no estacionamento privativo, foi executado piso em concreto armado como substituição aos pavers. Também foi substituído o piso cimentado em áreas danificadas. Além disso, foi executada a impermeabilização de lajes expostas na cobertura, com a posterior recuperação do forro das circulações. Foram substituídas lâmpadas queimadas e realizada a pintura das circulações em algumas salas do prédio. A grade externa foi repintada.

Vianópolis – A manutenção programada na comarca de Vianópolis foi finalizada em novembro de 2020. Os serviços contemplaram a correção de vazamento na entrada do prédio e posterior recuperação do forro, o reparo nos taludes da fachada frontal com a execução de piso cimentado e arrimo, além do nivelamento dos taludes e plantio de grama, a substituição de portas de madeira danificadas e das molas das portas de vidro, a recuperação do forro do Tribunal do Júri, a substituição de perfis das grades externas danificadas e a pintura geral das mesmas. Os serviços ainda incluíram a pintura geral das salas e circulações (teto e paredes) e fachadas externas, a substituição dos ladrilhos da parte externa e pedras portuguesas dos vazios internos por ladrilho hidráulico e pintura do piso cimentado externo. Foi feita a revisão dos metais dos sanitários (substituição de torneiras e sifões), a correção de fissuras em forros e paredes, a impermeabilização de paredes em volta dos vazios internos para conter infiltrações, envernizadas as portas de madeira. O estacionamento também foi contemplado com a recuperação de áreas com pavers irregulares, repintura das faixas de demarcação e pintura do meio-fio.



Demais adequações

Capela Nossa Senhora Imaculada Conceição – A capela, localizada no Palácio da Justiça Desembargador Clenon de Barros Loyola, foi erguida durante a construção do prédio do TJGO, inaugurado em 1986, e recebeu o nome de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, considerada a Padroeira da Justiça. Após passar por uma revitalização, uma missa de ação de graças celebrada pelo arcebispo metropolitano de Goiânia, Dom Washington Cruz, em setembro de 2019, marcou a reinauguração.



Missa de ação de graças marcou reinauguração da capela do TJGO



Centro Educacional Infantil Desembargador Mauro Campos – Entrega das obras de revitalização do Centro Educacional Infantil Desembargador Mauro Campos (Creche do Poder Judiciário), em janeiro de 2020. A estrutura física foi totalmente modernizada garantindo às crianças um ambiente mais adequado.

Crianças receberam presidente Walter Carlos Lemes, sua esposa Mariazinha Lemes e integrantes do TJGO

A revitalização do CEI está alinhada à Meta 9 do Plano de Gestão 2019/2021, alcançar 70% de satisfação no clima organizacional.

Escola Judicial de Goiás – A administração, atenta à necessidade de dotar a Escola Judicial de Goiás (Ejug) de condições adequadas para o funcionamento das atividades de capacitação a que se destina, tomou medidas para realocar a escola para as dependências do Fórum Criminal Desembargador Fenelon Teodoro Reis, em espaço amplo com salas de aula equipadas, laboratório de informática e secretaria.





Governança,
Gestão e
Transparência

Otimização das escritanias: comarca de Goiânia implanta três UPJs

NA GESTÃO DO PRESIDENTE WALTER CARLOS LEMES, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) implantou três Unidades de Processamento Judicial (UPJs), todas na comarca de Goiânia. A 1ª UPJ foi a das varas de Família, em dezembro de 2019. No ano seguinte, mais duas unidades foram instituídas – a das varas de Sucessões e nos Juizados da Fazenda Pública.

O projeto sobre a UPJ teve início em 2017, quando na condição de corregedor-geral da Justiça, o desembargador Walter Carlos Lemes foi solicitado pela Diretoria do Foro da comarca de

Goiânia a iniciar estudos acerca da implantação da Unidade de Processamento Judicial (UPJ), conhecida como “Cartório do Futuro”, como sugestão de racionalização e otimização dos serviços das serventias judiciais do 1º grau do Foro da capital.

Já em funcionamento em outras unidades da Federação, como São Paulo e Mato Grosso do Sul, a UPJ tem por objetivo atender a Política Nacional Prioritária ao Primeiro Grau e auxiliar na diminuição da taxa de congestionamento de processos nas comarcas do Poder Judiciário do Estado de Goiás, com a otimização dos trabalhos das escri-



Solenidade de inauguração da 1ª UPJ, na comarca de Goiânia

vanias e com a construção de um novo formato de gestão de pessoas e de fluxo de trabalho.

A implantação da 1ª UPJ na Vara de Família da comarca de Goiânia foi estabelecida no Provimento Conjunto nº 01/2019, assinado pelo presidente Walter Carlos Lemes e pelo corregedor-geral da Justiça do Estado de Goiás, desembargador Kisleu Dias Maciel Filho. No provimento foi previsto, ainda, a autorização aos diretores de Foro das comarcas da capital e do interior de unificar escritanias sob o regime de UPJ ou de Unidade Judicial Simplificada (UJS), sendo a UJS o agrupamento das escritanias de um mesmo juízo, para otimização da estrutura interna.

A instalação de UPJ está alinhada à meta 12 do Plano de Gestão 2019/2021 – Instituir o índice de governança e gestão objetivando alcançar, no mínimo, 15% de maturidade.

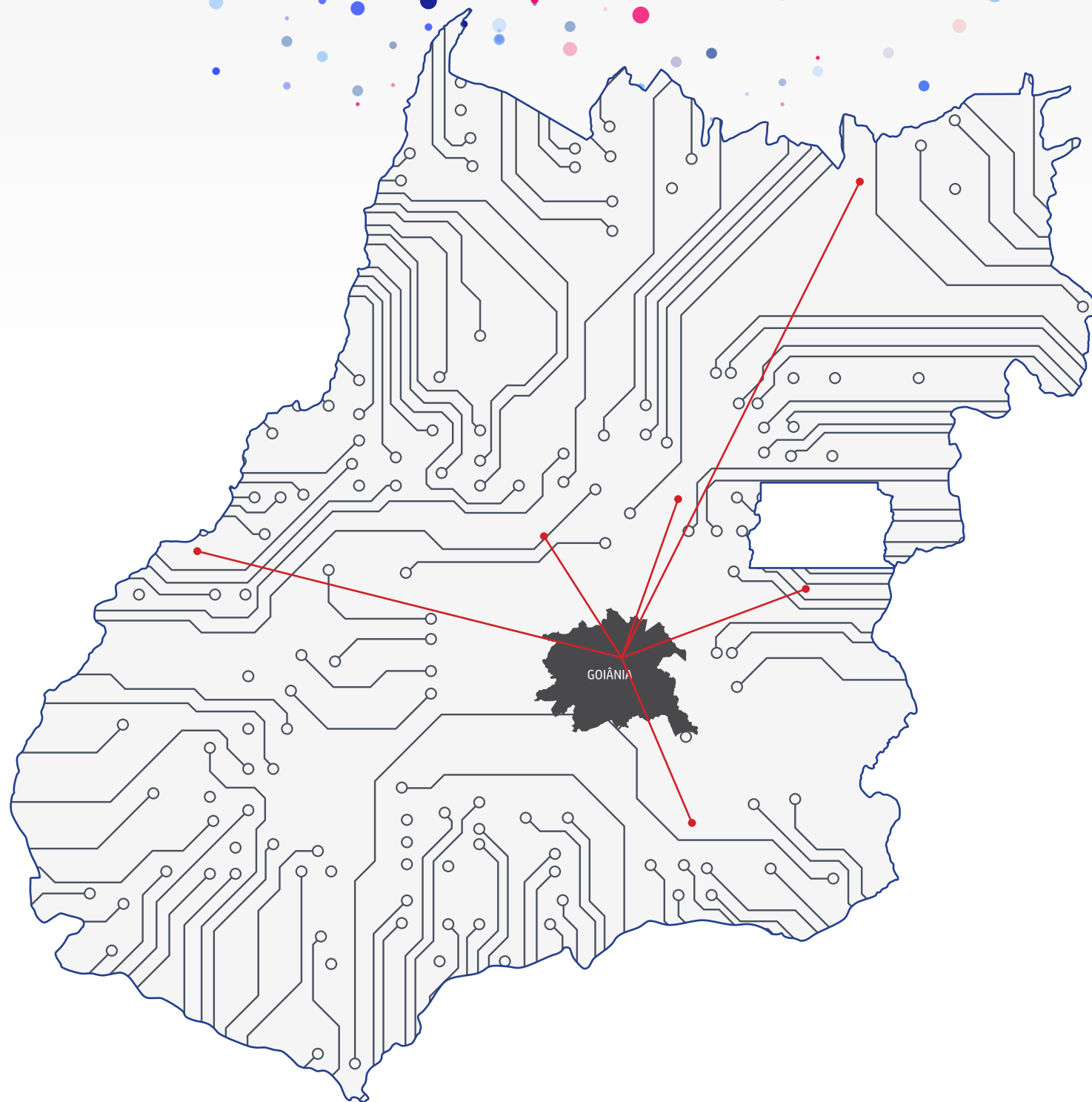
OTIMIZAÇÃO

“Esse modelo avançado de modernização do trabalho executado pelas escritanias deverá se estender para outras unidades e se fortalecer cada vez mais no Judiciário goiano”, avalia o diretor do Foro da comarca de Goiânia, juiz Paulo César Alves das Neves.

UPJ da Família

Redução de 32 mil pendências processuais em três meses





Central de Processamento Eletrônico (CPE) reforça prestação jurisdicional no 1º grau

A CENTRAL DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO de 1º Grau (CPE) foi instituída pelo Decreto Judiciário nº 2.621/2019, com vista a proporcionar melhoria da prestação jurisdicional, redução da taxa de congestionamento e equalização na produção de serviços. O projeto constitui uma medida estratégica concreta na efetivação da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau, prevista na Resolução CNJ nº 219/2016 e está alinhado à Meta 12 do Plano de Gestão 2019/2021, que é "Instituir o índice de governança e gestão, objetivando alcançar, no mínimo, 15% de maturidade".

A CPE foi criada com a reestruturação administrativa proposta pela gestão do desembargador-presidente, Walter Carlos Lemes, e é uma unidade ligada à Secretaria-Geral da Presidência. Segundo a secretária-geral, Eliene Maria Ramos, a "CPE é um modo de otimizar o trabalho do Poder Judiciário e garantir uma prestação jurisdicional efetiva no 1º grau, principalmente em comarcas onde há grande demanda e número reduzido de servidores."

Para a efetiva implantação da CPE foi instituído o Comitê Gestor da Central de Processamento Eletrônico do 1º Grau, coordenado pelo desembargador Carlos Alberto França, cujo objetivo é realizar o levantamento de necessidades, o planejamento e a estruturação da Central.

Auxílio da CPE

Cidade Ocidental

Cocalzinho

Itaberaí

Caldas Novas

Aragarças

Cavalcante

UPJ de Família de Goiânia

Cadastro no SEEU



Reunião de Promoção da Estratégia Iota Fórum Cível de Goiânia

Ações promovem estratégia e maturidade da gestão do TJGO

COM O PROPÓSITO DE TRILHAR um caminho mais colaborativo e transparente, a Presidência, em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás e a Diretoria do Foro da comarca de Goiânia, proporcionou o encontro de Promoção da Estratégia, realizado no dia 22 de março de 2019, no auditório do Fórum Cível Heitor Moraes Fleury. Na oportunidade, foram apresentadas aos magistrados e servidores as Metas Nacionais/2019, a composição do Orça-

mento do TJGO e os sistemas SGE Transparência e Sistema Controle da CGJGO.

O presidente, desembargador Walter Carlos Lemes, enfatizou a importância do cumprimento das Metas Nacionais/2019, pelo Poder Judiciário goiano, e do aprimoramento da prestação jurisdicional, especificamente o que concerne à conciliação e à informatização, no sentido de dar maior celeridade ao trâmite processual.

GOVERNANÇA E GESTÃO

A busca constante do TJGO por melhorias na prestação de seus serviços, nos sistemas administrativos e judiciais e na adoção de boas práticas em gestão e transparência, ensejou a atual administração a avaliar seu índice de maturidade em governança e gestão e, a partir disso, traçar ações para o aprimoramento desta área, constituindo uma das metas do Plano de Gestão.

O trabalho contou com o empenho da Diretoria-Geral e diretorias de área, que promoveram o levantamento de informações essenciais para subsidiar o preenchimento do formulário de Autoavaliação Voluntária de Governança Pública, disponibilizado eletronicamente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), bem como avanços nos procedimentos de governança e gestão. Esta autoavaliação visa conhecer a realidade de governança e capacidade de gestão do setor público, fazendo um raio-x da instituição, por meio de perguntas relacionadas à liderança, gestão de pessoas, tecnologia da informação e outros.

Principais ações

Política de Segurança Institucional
Política de Governança e
Gestão de Pessoas
Comitê de Ética
Novo Sistema de RH

O TJGO alcançou 38% no Índice de Governança e Gestão Pública, resultado bem expressivo, visto que a Meta 12, "Instituir o índice de governança e gestão, objetivando alcançar, no mínimo, 15% de maturidade", foi superada mais que o dobro.

Foi possível também avaliar o desempenho em gestão de pessoas da instituição, com um resultado de 27%, ultrapassando o estabelecido para a Meta 10 – Alcançar, no mínimo, 15% (nível inicial) do Índice de Governança de pessoas.

Magistrados e servidores são os protagonistas de soluções e ideias no Laboratório de Inovação e Inteligência

O ESTÍMULO À INOVAÇÃO passa por uma mudança de postura e cultura institucional. Para fomentar a gestão do conhecimento, o surgimento de novas ideias, identificar os talentos no Judiciário goiano e criar um ambiente inovador, o envolvimento de servidores e magistrados, de forma motivada, é fundamental.

Com essa visão, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás instituiu o Laboratório de Inovação e Inteligência para o alcance da Estratégia Nacional e Institucional do Poder Judiciário goiano, como ferramenta a ser utilizada no processo de gestão de inovação, com a ampla participação de magistrados, servidores e da sociedade, a fim de promover a efetiva prestação jurisdicional.

Para sua implementação foi constituído um grupo de trabalho, sob a coordenação do juiz de Direito da comarca de Padre Bernardo, Leonardo Bordini. O Laboratório de Inovação e Inteligência está em fase inicial de implantação e segue orientação do desembargador-presidente para desburocratizar e modernizar o Judiciário, com colaboração de vários atores.

Iniciativa alinhada à Meta 12

do Plano de Gestão 2019/2021, “Instituir o índice de governança e gestão, objetivando alcançar, no mínimo, 15% de maturidade”, bem como à Estratégia Nacional delineada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Primeira reunião sobre o Laboratório de Inovação e Inteligência

**Um sistema moderno para trazer
mais segurança aos prédios do TJGO**



COM O ESTABELECIMENTO da Política de Segurança e o Plano de Segurança Orgânica no âmbito do Poder Judiciário goiano, o TJGO vem adotando diferentes medidas a fim de cumprir a exigência do art. 12, I, da Portaria nº 88/2020, do Prêmio CNJ de Qualidade ano 2019, além de garantir a segurança de magistrados, servidores, patrimônio e informação do Tribunal, em conformidade com a Resolução CNJ nº 291/2019.

Os prédios do complexo do Tribunal de Justiça, Fórum Cível, Fórum Criminal de Goiânia e Centro de Distribuição foram equipados com uma tecnologia de última geração em sistema de segurança por videomonitoramento com reconhecimento facial, leitura de placa de veículo e controle de acesso. A intenção é expandi-lo para monitorar todas as comarcas do Estado. A Central de Monitoramento localizada no primeiro andar do Palácio da Justiça Clenon de Barros Loyola foi inaugurada em novembro de 2020 pelo presidente Walter Carlos Lemes.



O NOVO SISTEMA CONTA COM

Câmeras de alta resolução instaladas no interior e no perímetro ao redor dos edifícios;



Reconhecimento facial e video-monitoramento assistido;



Acionamento de alarme em caso de objetos abandonados;



Cercas virtuais, com sensor infravermelho;



Catracas com acesso por biometria ou cartão;



Pórticos de detectores de metal e raios-X com esteira;



Cancelas dos estacionamentos com acesso por biometria, cartão ou leitura da placa do veículo;



Contador de vagas no estacionamento do edifício-sede e do Fórum Cível



INTERIOR

O nível de segurança nas comarcas do interior do Estado também foi reforçado com a aquisição de equipamentos de segurança e monitoramento por vídeo; instalação de alarmes; cercas elétricas e concertinas.

Além disso, a Comissão Permanente de Segurança, presidida pelo desembargador Gerson Santana Cintra, orientou a aquisição de coletes antibalísticos, para aprimorar os níveis de segurança de magistrados e servidores que estejam sob proteção do TJGO.



TJGO é premiado por transparência de gestão

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** do Estado de Goiás (TJGO) foi um dos ganhadores do Prêmio Goiás Mais Transparente, em cerimônia realizada no dia 10 de dezembro de 2020. O projeto é coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) e pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), tendo consagrado o Poder Judiciário goiano com o segundo lugar na categoria Demais Poderes e Órgãos Constitucionais Autônomos do Estado de Goiás. A premiação avalia a transparência ativa e passiva das páginas de acesso à informação dos órgãos e entidades públicas em Goiás.

O prêmio visa reconhecer os esforços dos órgãos e das empresas (sociedades de economia

mista controladas pelo Estado) com o selo de excelência em transparência e estimular o aperfeiçoamento contínuo para o atendimento de exigências legais e de melhores práticas de entrega de informações para sociedade. E, ainda, possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria nos serviços prestados pelo Estado à sociedade e não somente uma obrigação ou norma a ser cumprida.

O desafio para a realização de ações de transparência exigiu esforços conjuntos da Diretoria de Planejamento Estratégico e da Diretoria-Geral, a fim de acompanhar as atualizações necessárias para cumprir a matriz de avaliação disponibilizada pelo prêmio.



RANKING DO CNJ

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), avalia o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos. O TJGO atingiu na terceira edição do ranking – ano 2020 – o índice de 91,52% de transparência, ficando entre os mais transparentes do país, assumindo o quarto lugar na classificação entre os tribunais estaduais e o 21º lugar geral entre os 93 tribunais estaduais, federais, eleitorais, militares e superiores que foram avaliados. Com o resultado, o TJGO superou a Meta 13 do Plano de Gestão 2019/2021, de alcançar 65% do índice de transparência.

Índice de transparência saltou de 58,55% para 91,52%
4º lugar entre os tribunais estaduais

Ação impacta na Meta 13
do Plano de Gestão 2019/2021
– Alcançar 65% no índice de transparência, de acordo com a Resolução n. 215/2015 do CNJ.

No início da gestão do desembargador Walter Carlos Lemes, em fevereiro de 2019, a posição do TJGO era a de número 78, com 58,55% de transparência. Isso significa que o tribunal galgou 57 posições, em pouco mais de um ano.

“É claro que nós ficamos felizes com o progresso do TJGO em tão pouco tempo e com o reconhecimento do CNJ no sentido de cumprir com uma das minhas prioridades de gestão: dar total transparência aos atos do Poder Judiciário goiano. Mas, mais feliz ainda de saber que, com esse avanço, o cidadão agora tem mais acesso às informações e atos do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás”, declarou o desembargador Walter Carlos Lemes, presidente do TJGO.

Entre as iniciativas desenvolvidas destacam-se a regulamentação da Gestão de Conteúdos do Portal do TJGO, a Instituição do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a criação da Comissão Permanente de Gestão da Informação e Transparência. Ainda, importante ressaltar a criação do Portal da Transparência no sítio eletrônico do TJGO, em setembro de 2019, que de forma simples e prática disponibiliza hiperlinks para temas como receita, despesa, gestão de pessoas, licitações e contratos, relatórios, transparência passiva e boas práticas.



Modernização do Judiciário para garantir celeridade na prestação jurisdicional e economia com implantação do turno único

O ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado de Goiás (TJGO) aprovou, à unanimidade, em novembro de 2020, a resolução que trata sobre o novo horário de funcionamento e atendimento presencial do Poder Judiciário do Estado de Goiás. Com isso, a partir de 7 de janeiro de 2021, o expediente forense nos prédios do Judiciário goiano passou a ser das 12h às 19h, de segunda a sexta-feira. Fora desse horário, o Judiciário funciona em regime de plantão, em 1º e 2º grau de jurisdição, das 19h01 até as 11h59 do dia seguinte e, integralmente, aos sábados, domingos e feriados, além do recesso forense e, também, nas hipóteses de suspensão do expediente.

A discussão sobre o turno único no âmbito do TJGO começou depois da edição da Resolução nº 340, de 8 de setembro de 2020, do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ). Após a publicação do ato, a Presidência do TJGO iniciou os estudos sobre a temática, coordenados pela juíza auxiliar da Presidência, Sirlei Martins da Costa. O desembargador-presidente e a magistrada promoveram encontros para debater a proposta com todos os representantes do sistema de Justiça, servidores e magistrados de primeiro e segundo graus. Todas as instituições apresentaram formalmente sua manifestação dentro do processo administrativo digital, inclusive com opinião sobre o horário do turno único. A Presidência ainda apresentou o projeto em reuniões com magistrados, divididos por regiões judiciárias, e aos desembargadores, para que também pudessem dar sugestões e esclarecer questões relevantes.

A experiência durante o período do teletrabalho,

no qual se constatou um aumento da produtividade de magistrados e servidores, inclusive com monitoramento semanal dos números, e, ainda, a disponibilização de novos canais de atendimento demonstraram a efetividade do projeto de modernização apresentado pelo TJGO. A modernização do Poder Judiciário permitirá à Administração empregar os recursos orçamentários em outros setores, como a ampliação da informatização, a fim de conferir maior produtividade em menor tempo. E com a conclusão da digitalização do acervo de processos físicos, os ganhos com a produtividade serão ainda maiores.

A jornada de trabalho dos servidores continua sendo de sete horas e eles podem atuar, total ou parcialmente, em teletrabalho.



NOVAS IDEIAS

Outras medidas foram estabelecidas neste biênio relacionadas ao aprimoramento das relações com o público interno e externo e do trabalho do Poder Judiciário goiano, também tendo as propostas apresentadas pela juíza auxiliar da Presidência, Sirlei Martins da Costa. Confira no quadro.

- **Assistente de Juiz: distribuição de cargos de terceiro assistente a unidades judiciárias de comarcas de entrância inicial e intermediária (Assistente Administrativo de Juiz de Direito - 45 DAE-3 e 5 DAE-5, sendo dois desses cargos para o 4º juiz auxiliar da Presidência);**
- **OAB-GO:** reuniões mensais com a diretoria da OAB-GO, que resultou na aproximação institucional;
- **Vacância das unidades:** proposta de alteração sobre a data de vacância das unidades judiciárias. Assim, para as vacâncias das unidades decorrentes de remoção ou promoção, passou a ser considerada a ordem e a data do julgamento dos pedidos em observância à pauta;
- **Decreto Judiciário nº 3.159/19:** proposta de alteração dos critérios objetivos para responsabilidade e auxílio de juízes em unidades judiciárias diversas de sua titularidade, o que resultou na publicação do Decreto Judiciário nº 3.159/19;
- **Uso de salas:** celebração de Termo de Cessão para uso de salas do Poder Judiciário pela OAB-GO, DPE-GO e MP-GO.

Primeiro Prêmio de Produtividade do TJGO

O **PRÊMIO TJGO DE PRODUTIVIDADE 2019** realizado pela Presidência em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás é pioneiro e seu resultado promove o aprimoramento na gestão das unidades judiciárias e o engajamento dos magistrados e servidores, melhorando o desempenho de suas atividades e criando um maior envolvimento de toda a instituição na busca pelo devido impulsionamento processual e celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

O Prêmio promoveu o reconhecimento de magistrados e servidores lotados nas unidades judiciais que conseguiram atender às Metas 1 e 2 do CNJ, além de atender aos critérios e métricas normatizados pelo Tribunal, como: Índice de Atendimento da Demanda (IAD), Taxa de Congestionamento e número de processos baixados. O Prêmio entregou certificados e selos Diamante, Ouro e Prata.

Modernização Administrativa

A **DIRETORIA ADMINISTRATIVA** do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás também empregou medidas que modernizaram a gestão. Conheça as principais:



GESTÃO ADMINISTRATIVA

O TJGO contratou um Sistema Informatizado de Gestão Administrativa para gerenciar todo o patrimônio do Poder Judiciário, tanto os ativos tangíveis quanto os intangíveis e os materiais, a fim de garantir uma gestão mais eficiente e com mais segurança. O sistema permite inventariar bens, fazer depreciações, contabilizar de forma automática toda a movimentação realizada com manutenção do histórico, entre diversas outras funcionalidades.



FROTA DE VEÍCULOS

Modernização do modelo de gestão da frota do TJGO, buscando aumentar os níveis de eficiência e economicidade, com a diminuição dos custos administrativos. Neste sentido, houve a aquisição de novos veículos – dois veículos blindados para segurança da Presidência; dois veículos SUV para o Presidente e Corregedor-Geral e 150 veículos tipo sedan (mais autônomos, eficientes, econômicos e seguros) para substituição dos carros que não atendiam mais a necessidade devido ao alto custo com manutenção e quilometragem.



TERCEIRIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Ainda, a Diretoria Administrativa executou o projeto-piloto de terceirização da frota dos veículos de representação, locando 44 veículos para transporte de pessoas. O projeto apresentou bons resultados relacionados à redução de alguns custos administrativos como a manutenção veicular, seguro e tributos.



PEQUENAS CARGAS

Profissionalização do transporte de pequenas cargas, mudando a forma de contratação de mão de obra terceirizada para contratação de empresa especializada na prestação do serviço. A mudança gera economia, ganho de tempo, impessoalidade e agilidade no transporte.



SERVIÇOS DE COPEIRAGEM

Alteração na contratação do serviço de copeiragem, agora com inclusão de insumos para redução de custos operacionais relacionados à entrega e aquisição dos produtos.



DEPÓSITO E ARMAZENAMENTO DE ARMAS

Locação de contêineres para armazenamento de armas apreendidas, relativas a processos judiciais em curso, com requisitos de segurança adequados até a autorização de destruição ou reaproveitamento.



TJGO elabora Plano Anual de Contratações



O PROJETO TEVE o objetivo de melhorar o aperfeiçoamento da gestão de custos do Judiciário goiano e assegurar o direcionamento dos gastos para o atendimento das suas necessidades prioritárias e essenciais.

O manual, de iniciativa da Diretoria-Geral, consolidou todas as contratações que o TJGO pretendia realizar ou prorrogar durante o exercício financeiro de 2020. Segundo o diretor-geral, Rodrigo Leandro da Silva, a ferramenta administrativa teve a finalidade de otimizar a aplicação dos recursos públicos disponíveis, buscando-se o aprimoramento dos processos de trabalho, a fim de apoiar a tomada de decisões sobre as aquisições e serviços contratados pelo TJGO.

R\$ 10 milhões em mobiliário

O TJGO INVESTIU R\$ 10,1 MILHÕES em novos móveis e equipamentos para modernizar os ambientes da área administrativa, secretarias e gabinetes. O mobiliário vai contemplar os gabinetes dos desembargadores e salas das diretorias após a reforma do bloco B. Ainda, durante a reforma do prédio, houve a necessidade de aquisição de móveis para adequação ao espaço locado para os gabinetes no Edifício Lourenço Office, sendo que esses móveis serão destinados às comarcas do interior com a inauguração do bloco, B.



Presidente sugere à Corregedoria criação de Banco de Administradores Judiciais

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Walter Carlos Lemes, propôs ao desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, corregedor-geral da Justiça, a criação do Banco de Administradores Judiciais, a exemplo do que foi feito, com sucesso, no caso do Banco de Peritos, instituído pelo Provimento nº 2, de 26 de abril de 2016.

Como no Banco de Peritos, a intenção é cadastrar profissionais interessados em atuar como Administradores Judiciais em falências e recuperações judiciais. A iniciativa já é adotada

em tribunais como o de São Paulo, Alagoas e do Rio de Janeiro. A ideia do presidente Walter Carlos Lemes foi aproveitar a expertise e o sistema informatizado do Banco de Peritos do TJGO.

O Banco de Administradores Judiciais foi instituído no âmbito do Poder Judiciário de Goiás, por meio do Provimento nº 43/2020, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (com publicação em 18 de setembro de 2020) e apresentado aos usuários do novo sistema (magistrados, servidores, advogados e administradores judiciais) em dezembro de 2020.

Gestão
Orçamentária
e Financeira



Alvará Eletrônico integra sistemas do TJGO e instituições financeiras

O **ALVARÁ ELETRÔNICO** pretende a troca de informações e o processamento eletrônico de guias de depósitos judiciais, alvarás, consultas de saldos e extratos de contas judiciais. O projeto consiste em implantar software capaz de substituir o procedimento de pagamentos realizados por meio da emissão de alvará, com vistas à integração dos sistemas de depósitos judiciais do Tribunal de Justiça com os sistemas do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF).

Os termos de cooperação do Tribunal com o BB e CEF são produtos do esforço conjunto da Diretoria-Geral, Diretoria de Tecnologia da Informação da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás e Diretoria de Planejamento Estratégico.

As vantagens vão além do alinhamento das metas propostas pela atual administração, pois, eliminam o trânsito de papéis; proporcionam tempestividade e celeridade no cumprimento das ordens judiciais pelo banco; cumprem as informações contendo certificação da origem dos dados; garantem a segurança na troca de

O serviço está alinhado à Meta 11 do Plano de Gestão, do biênio 2019/2021: “Modernizar os mecanismos de arrecadação com vistas à incrementar o orçamento em 8%” e atende as diretrizes do CNJ para a Melhoria da Infraestrutura e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

informações com o banco; padronizam o processamento das ordens judiciais; inserem um controle gerencial da movimentação relativa ao acolhimento de depósitos e levantamento de alvarás efetuados no dia anterior; previnem fraudes e automatizam as consultas de saldos e extratos das contas de depósitos judiciais.

Modernização da gestão orçamentária e financeira



FUNDO ROTATIVO

Com a instituição do Cartão de Pagamento para as despesas de pequena monta, os recursos do fundo rotativo são vinculados a uma conta corrente única no Banco do Brasil, cuja movimentação caberá exclusivamente ao gestor designado, mediante a apresentação do cartão de pagamento e uso de senha.



CONTRATOS

A administração adotou como ferramenta de gestão e fiscalização de contratos o Sistema ContratosGov, que conecta eletronicamente a atuação dos gestores envolvidos na execução contratual. O sistema agrega recursos como a fiscalização por código QR; alertas; agenda de acompanhamento e checklist de fiscalização.



ALIMENTAÇÃO PARA O JÚRI

Contrato para prestação de serviços de fornecimento de cartões magnéticos, com senha eletrônica, para a aquisição de refeições aos participantes das sessões de julgamento do Tribunal do Júri. A alternativa confere maior eficiência e celeridade na aquisição de refeições.



GRUPO DE TRABALHO

O Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira identifica as rubricas com menor desempenho orçamentário, buscando a readequação dos empenhos, para garantir maior nível de eficiência na execução. A execução do orçamento atual servirá de limite financeiro para os exercícios posteriores.



ENCONTRO

O Encontro Gestão Orçamentária, realizado em 27 de maio de 2019, foi uma iniciativa para apresentar e discutir assuntos pertinentes à arrecadação do Poder Judiciário do Estado de Goiás. As palestras abordaram temas sobre orçamento, custas, parcelamento e critérios objetivos para concessão da gratuidade da justiça.



MANUAL PARA CÁLCULOS

O Manual de Procedimentos para Cálculos nas Contadorias Judiciais do Poder Judiciário Goiano foi instituído por Portaria Conjunta nº 6/2020 e representa um marco de padronização nas normas de cálculos judiciais e de custas. É uma ferramenta de consulta para magistrados, servidores e advogados quanto às atribuições do Contador Judicial.



TJGO cria Central Única dos Contadores

O PROJETO-PILOTO DA CENTRAL ÚNICA dos Contadores do Poder Judiciário do Estado de Goiás foi executado em dezembro de 2019, na comarca de Anápolis, que contava à época com o maior acervo de processos aguardando elaboração de cálculos. Com o auxílio remoto de um grupo de contadores, 905 processos foram analisados em período de 30 dias úteis.

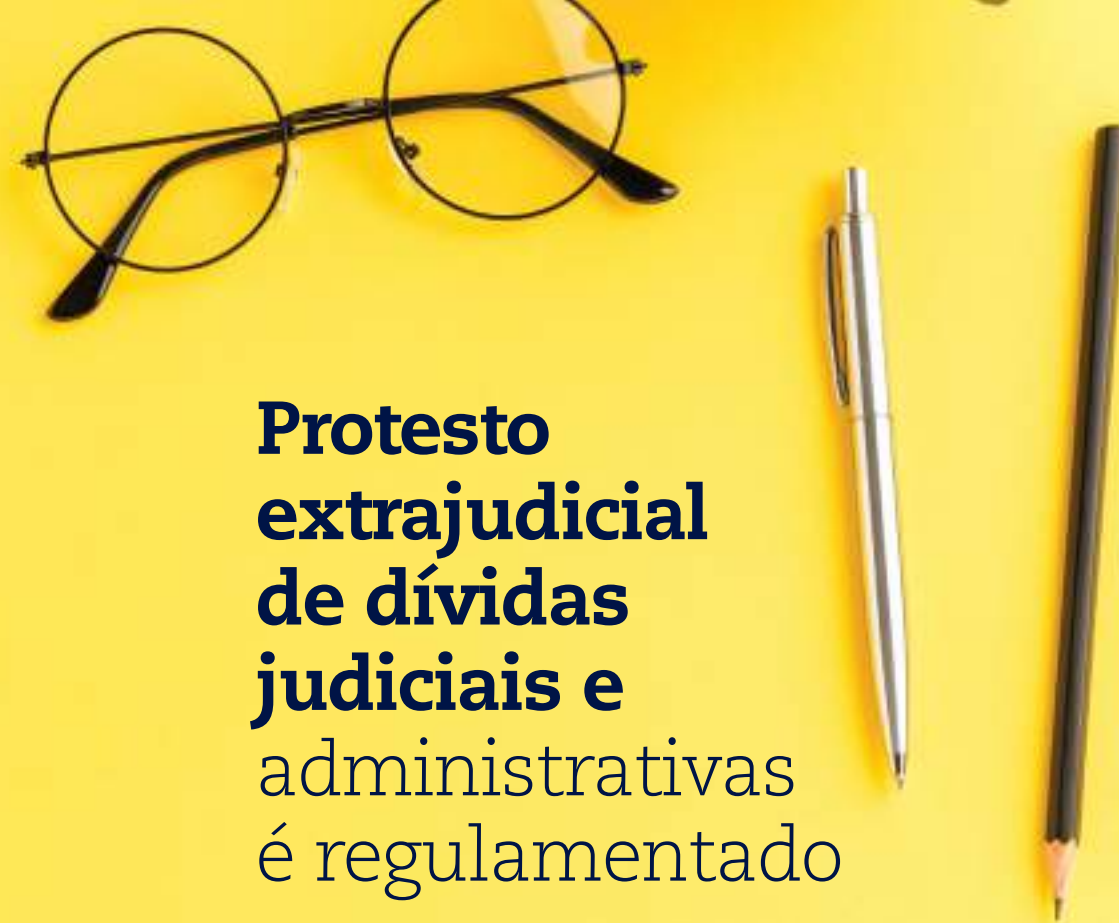
Aproveitando a experiência, em setembro de 2020, um mutirão emergencial nas comarcas de Rio Verde e Mineiros analisou 1.820 pendências entre expedição de guia e realização de cálculos judiciais, bem como digitalização de processos, com a expectativa de quase R\$ 2 milhões em receita.

A partir dos resultados satisfatórios, a Central Única de Contadores foi instituída por meio do Decreto Judiciário nº 1.752/2020 e é formada por servidores dedicados à realização de cálculos processuais, em regime de teletrabalho, visando promover a otimização e equalização das tarefas dos servidores e da demanda processual em todo Estado.



A iniciativa contribuiu para o alcance da Meta 11 do Plano de Gestão 2019/2021, “Modernizar os mecanismos de arrecadação com vista a incrementar o orçamento em 8%”.

Na primeira etapa de implantação da Central foram selecionadas 83 comarcas, sendo as que possuíam acervo 100% digital e as de menor demanda por cálculos, com a participação de 53 contadores, capacitados previamente pela Ejug.



Protesto extrajudicial de dívidas judiciais e administrativas é regulamentado

A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado de Goiás regulamentou o protesto extrajudicial de certidões de crédito judicial e de créditos administrativos. O mecanismo de cobrança adotado pelo TJGO foi embasado em decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em leis federais, o que confere segurança jurídica à medida.

O juiz auxiliar da Presidência, Fabiano Abel de Aragão Fernandes, explica que “o protesto de créditos judiciais ou administrativos devidos ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário é um instrumento de cobrança eficiente, capaz de incrementar a recuperação de créditos e evitar a cobrança judicial, certamente mais onerosa para os cofres públicos e para o devedor”. Segundo ele, “a medida ainda diminui o impacto no Judiciário,

A cobrança extrajudicial está vinculada à Meta 11 do Plano de Gestão 2019/2021 - Modernizar os mecanismos de arrecadação com vista a incrementar o aumento de arrecadação em 8%.

pela redução do volume de execuções fiscais ajuizadas que tramitariam por anos”.

Para viabilizar o protesto da Certidão de Crédito Judicial (CCJ) e Certidão de Crédito Administrativo (CCA), o TJGO firmou acordo de cooperação técnica com o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil –Seção Goiás (IEPTB-GO).



Promoção da Sustentabilidade

O maior projeto público de energia solar no Estado

EM FEVEREIRO DE 2019, a atual gestão determinou a retomada dos estudos para implantação do sistema de geração de energia fotovoltaica no TJGO, iniciado em 2016, pelo Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental, cuja proposta era a implantação de um projeto-piloto no fórum da comarca de Hidrolândia. O projeto foi ampliado pela Diretoria-Geral e passou a abranger outras 42 unidades judiciárias, inclusive os Fóruns Cível e Criminal da comarca de Goiânia, como também o

A instalação de painéis fotovoltaicos nos prédios está em sintonia com o Plano de Logística Sustentável do TJGO e a Meta 2 do atual Plano de Gestão-Alcançar 3% do índice de desempenho econômico e socioambiental.

Bloco C – estacionamento do Complexo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Assim, ele se tornou o maior projeto público para captação de energia solar em curso no Estado de Goiás.

Com a utilização de uma fonte de energia limpa, renovável e sustentável, o Tribunal de Justiça poderá obter uma economia estimada em R\$ 3 milhões por ano com energia elétrica.

“Mais do que a economia de recursos, me alegra o fato de que esta gestão pode deixar um legado ambiental positivo, uma vez que a energia solar é aquela que concentra os menores impactos ambientais, sem emissão de poluição e dispensando danos oriundos da construção de usinas hidrelétricas, por exemplo. É um orgulho poder proporcionar isso para as novas gerações.”

Desembargador Walter Carlos Lemes
Presidente do TJGO



SERVIÇO DE TELEFONIA VOIP

No decorrer desta gestão foram investidos mais de R\$ 3 milhões com a aquisição de aparelhos telefônicos, licenças de software e headset, visando a expansão e o aumento da eficiência e economia do servidor de telefonia VoIP, com a finalidade de modernização da infraestrutura de telefonia nas unidades administrativas e judiciais instaladas nos fóruns Criminal e Cível da comarca de Goiânia e na comarca de Anápolis. A implantação do serviço trouxe uma economia de aproximadamente R\$ 340 mil, o que representa uma redução de 20% no valor anual gasto com o contrato de telefonia fixa.

Essas ações contribuíram para o cumprimento da Meta 2 do Plano de Gestão, Biênio 2019/2021, “Alcançar 3% do índice de desempenho econômico e socioambiental”.

USO CONSCIENTE DA ÁGUA

A pedido do Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO, foi estabelecida uma rotina para identificação de anormalidades no consumo de água do TJGO. Essa rotina consiste em comparar o volume de água consumido com o valor de referência de 50 litros por dia por colaborador. Caso o consumo ultrapasse o valor de referência, é realizada a análise do histórico do consumo nos

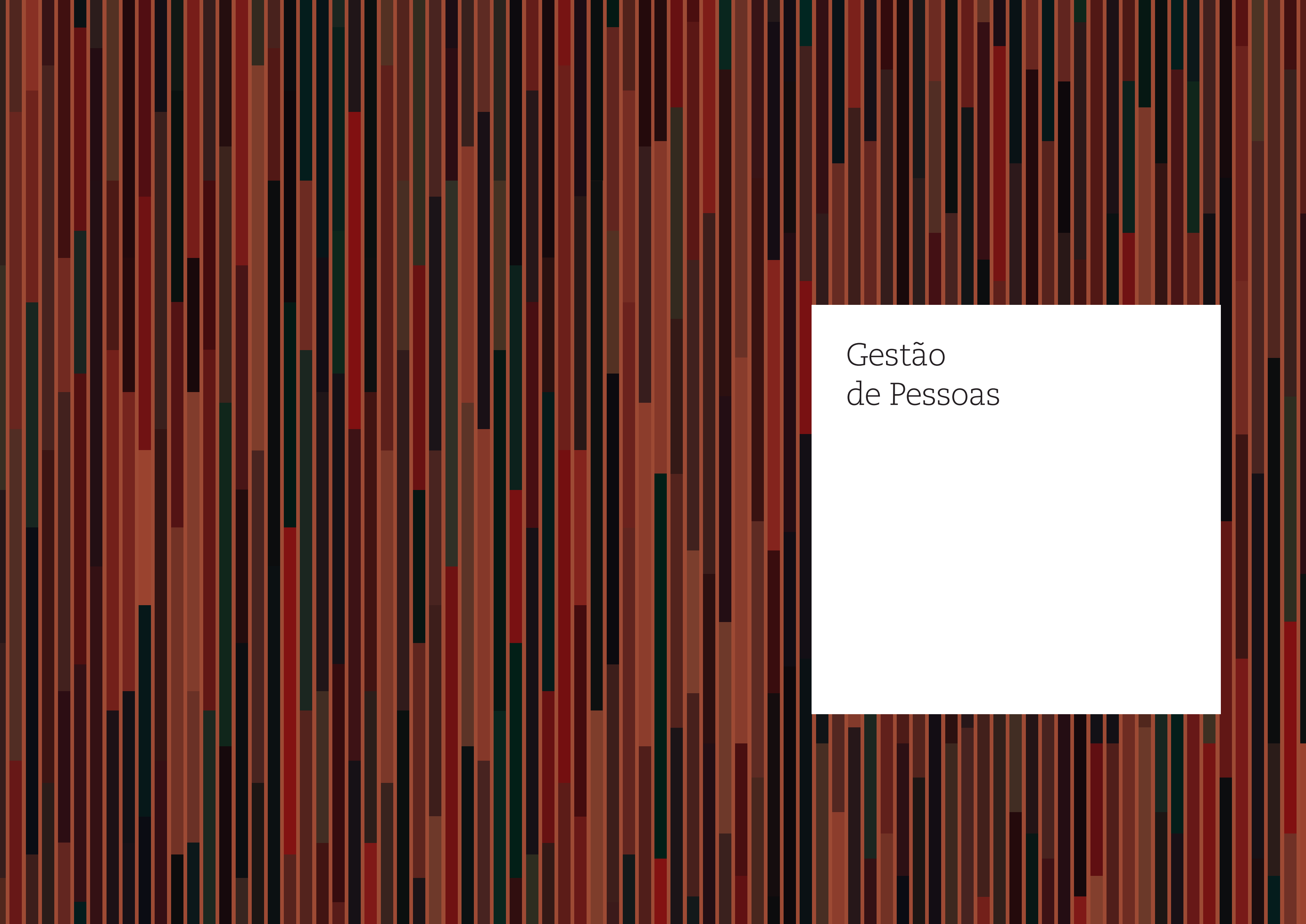
últimos 12 meses para comparação do consumo médio com o último registrado e, se comprovada anormalidade, é feito contato com a unidade judiciária para averiguação. Diversos excessos, sejam por vazamentos ou por desperdício, foram identificados e devidamente solucionados acarretando economia nos valores das faturas, além de contribuir com a preservação da água.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

O Plano de Logística Sustentável (PLS), biênio 2019/2021, foi construído pelo Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental (Nursa) e pela Comissão Gestora do PLS, ambos presididos pela desembargadora Elizabeth Maria da Silva, com o apoio da Diretoria de Planejamento Estratégico. Foram objetivos do PLS a maior economicidade dos recursos financeiros e de materiais, a proteção ao meio ambiente e os avanços tecnológicos. As ações contaram com o empenho da Diretoria-Geral e suas diretorias de área, do Centro de Comunicação Social e da Escola Judicial de Goiás (Ejug). Todas as ações impactaram positivamente no desempenho da Meta 2 do Plano de Gestão 2019/2021: “Alcançar 3% do índice de desempenho econômico e socioambiental”.

AÇÕES DO PLS

- Campanhas: “Recicle seus conceitos”; “05 de junho - Dia Mundial do Meio Ambiente” e “O desperdício pode ser a gota d’água” (com canal de comunicação para informar sobre vazamentos de água);
- Cartilha de Consumo Consciente e Boas Práticas Ambientais no Ambiente de Trabalho;
- Nota informativa sobre o recolhimento de resíduos sólidos recicláveis;
- Modelos dos documentos e check-list para a realização de convênio ou termo de parceria entre as diretorias de Foro com cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
- Manual do Procedimento de Descarte de Documentos Judiciais de Autos Findos;
- Substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes queimadas pelas lâmpadas de LED. Em Goiânia, 3,5 mil lâmpadas foram substituídas no Fórum Cível Heitor Moraes Fleury;
- Descarte ambientalmente correto de 38.100 processos judiciais. Os papéis, que somaram quase 10 toneladas, foram doados para cooperativa de reciclagem;
- Implantação do Sistema de Desligamento Programado da Energia Elétrica, no estacionamento vertical do complexo do TJGO;
- Redução da distribuição do fornecimento de resmas de papel (A4) e copo descartável;
- Cursos ministrados pela Ejug: “Água para todos”, “Introdução a Gestão Socioambiental e Qualidade de vida no trabalho” e “Sustentabilidade Organizacional do Poder Judiciário do Estado de Goiás”.



Gestão de Pessoas



Administração apresenta novo sistema a magistrados e servidores

Novo sistema moderniza a Gestão de Pessoas

O NOVO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS adotado pelo Tribunal de Justiça promoveu a modernização da área de recursos humanos, possibilitando maior transparência e automação dos dados, além de celeridade nos processos de trabalho que dependem de informações funcionais.

A implantação do sistema começou pela folha de pagamento e, em seguida, abarcou os módulos de atendimento a demandas administrativas, tais como férias, diárias, atualização cadastral, dossiê eletrônico. Todos esses requerimentos passaram a ser feitos de maneira intuitiva, simplificada e automatizada.

E como forma de resguardar o histórico funcional de magistrados e servidores, foram digitalizados e inseridos no sistema todos os respectivos dossiês, permitindo aos usuários acessar suas informações pela internet, de onde estiverem, inclusive do próprio celular.

Ação alinhada à Meta 10 do Plano de Gestão 2019/2021, “Alcançar, no mínimo, 15% (nível inicial) do índice de governança de pessoas”.

CRACHÁS

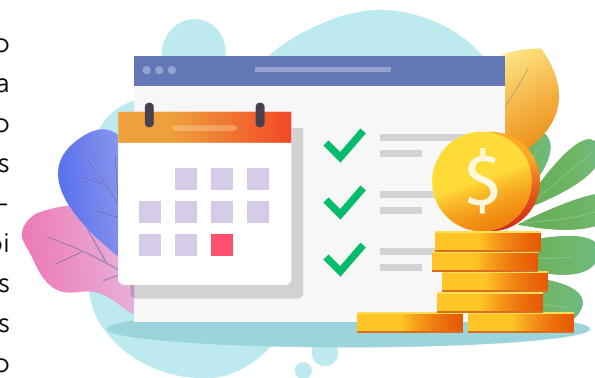
Para melhorar os níveis de segurança e controle de acesso, facilitando a identificação dos servidores, de visitantes e de colaboradores, o TJGO adotará o uso do crachá funcional. A licitação para o fornecimento dos crachás já foi realizada.

Diálogo entre Poderes garante pagamento do salário em dia e retroativo

À FRENTE DA PRESIDÊNCIA DO TJGO, o desembargador Walter Carlos Lemes prezou pela harmonia entre os Poderes e no diálogo que manteve com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, atuou para que o pagamento do Judiciário goiano fosse regularizado, evitando atrasos que ocorreram em períodos anteriores. E durante toda sua gestão, magistrados e servidores receberam dentro do mês trabalhado. Além disso, a Administração realizou o pagamento parcelado do passivo relativo aos valores retroativos da data-base dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

Em 2019, o desembargador-presidente também entregou pessoalmente o projeto de lei que trata da revisão geral anual da remuneração dos servidores ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, deputado Lissauer Vieira. O projeto foi aprovado por unanimidade pelo Órgão

Especial, para aplicação do percentual de 3,75% para o exercício de 2019, relativo ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). O índice aprovado foi superior aos 3,43% solicitados pelo Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça do Estado de Goiás (Sindjustiça).



Gestão Walter Carlos Lemes cria auxílio-saúde

EM MAIO DE 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, após estudos e deliberações do Comitê de Saúde do TJGO, aprovou a Resolução nº 125, que regulamenta o Programa de Assistência à Saúde Suplementar para magistrados e servidores. A medida visou atender à Resolução nº 294/2019, do Conselho Nacional de Justiça, que determina que os Tribunais de Justiça

implementem o Programa de Assistência Suplementar à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

O TJGO estabeleceu que a assistência à saúde dos beneficiários seria prestada, de forma suplementar, por meio de auxílio

de caráter indenizatório mensal, com a finalidade de subsidiar custos com planos de assistência à saúde privados, com valores que obedecem à capacidade orçamentária do Poder Judiciário do Estado de Goiás.



CAMPANHA DE VACINAÇÃO

O Centro de Saúde do TJGO realizou, em 2020, a campanha de vacinação contra a gripe H1N1, para magistrados e servidores da ativa. Durante os meses de abril, maio e junho, os profissionais do Centro de Saúde do TJGO estiveram em 124 comarcas, imunizando magistrados e servidores da ativa. Nas comarcas de Caçu, Araçu e Anicuns todos já haviam sido vacinados anteriormente. A campanha de vacinação contra a gripe H1N1 foi uma ação inédita promovida pela atual gestão do TJGO.

Em Goiânia, a imunização aconteceu no estacionamento da sede do TJGO, em sistema drive-thru. Só na capital, mais de 1.100 doses da vacina tipo quadrivalente foram aplicadas.

De acordo com o diretor do Centro de Saúde do TJGO, Paulo Henrique Fernandes Sardeiro, "a vacinação se fez ainda mais necessária diante da pandemia da Covid-19, uma vez que auxilia os profissionais de saúde a descartarem a gripe H1N1 na triagem de casos para o coronavírus, além de contribuir para a redução da procura por serviços de saúde".

EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

Regulamentação dos exames médicos periódicos dos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás, a fim de implantar ações de promoção, prevenção e vigilância da saúde, nos termos da Resolução CNJ nº 207/2015.

UTI MÓVEL

Em abril de 2020 foi finalizado o procedimento de contratação de serviço de pronto socorro móvel de emergências e urgências médicas pré-hospitalares, que engloba o suporte por ambulância UTI móvel e assistência de médicos e enfermeiros, com medicamentos, garantindo atendimento a magistrados e servidores, caso necessário, nos prédios do Palácio da Justiça, Fórum Cível e Criminal, e Lourenço Office.



Valor do auxílio-creche é atualizado

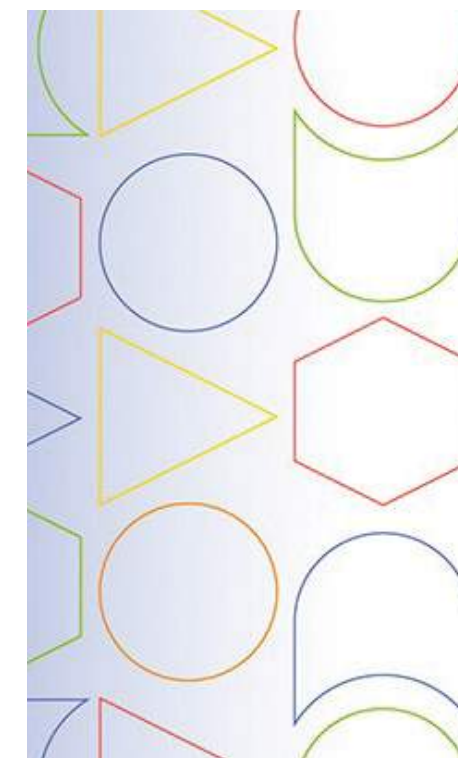
O PRESIDENTE WALTER CARLOS LEMES autorizou a atualização do valor do auxílio-creche, conforme o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), passando de R\$ 700,57 para R\$ 730,76. Além disso, em atendimento a pedido do Sindjustiça, o presidente consentiu o pagamento do auxílio aos servidores do TJGO que têm filhos matriculados no Centro Educacional Infantil Desembargador Mauro Campos,

Medida está alinhada à Meta 9 do Plano de Gestão Estratégica 2019/2021 – alcançar 70% de satisfação no clima organizacional.

durante o período que a unidade permaneceu fechada em razão da pandemia da Covid-19.

Contratação de novo sistema para os empréstimos consignados

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS contratou o Sistema de Gestão de Margem Consignável do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), o mais eficiente e moderno sistema informatizado de empréstimos consignados do país. A partir de 1º de junho de 2020, o procedimento de liberação do crédito junto aos bancos passou a ser totalmente on-line. Dessa forma, o usuário consegue comparar as taxas e opções de parcelamento entre os bancos consignatários e não precisa comparecer à agência, uma vez que a margem disponível já vai constar, automaticamente, no sistema.



PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL



Acesse a pesquisa pelo Portal do Servidor e colabore para um Tribunal melhor!



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

TJGO promove pesquisa de Clima Organizacional

A PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL, disponibilizada no Portal do Servidor, no período de 03 a 18 de dezembro 2020, foi respondida por magistrados, servidores, estagiários, colaboradores e alcançou o nível de satisfação de 75,43%. A finalidade foi conhecer e avaliar a percepção coletiva que magistrados, servidores e demais colaboradores possuem do Poder Judiciário goiano, por meio de suas relações com as políticas, as estruturas, os sistemas, os procedimentos e os valores da instituição.

Com o resultado e análise das respostas, será possível dar continuidade aos processos de melhorias, promovendo ações que auxiliem no alcance dos objetivos organizacionais e elevem a

A pesquisa também é uma ferramenta de indicação do desempenho da Meta 9 do Plano de Gestão deste biênio, alinhada ao Planejamento Estratégico 2015/2020.

satisfação e o bem-estar de todos, criando uma atmosfera de motivação, redução de conflitos e a cultura de que o crescimento profissional do servidor e o desenvolvimento da instituição caminham juntos.



Instituição da Política de Governança e Gestão de Pessoas no TJGO

A POLÍTICA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS foi instituída pelo Decreto Judiciário nº 1.637/2020. Sua finalidade é estimular o desenvolvimento dos servidores, bem como conservá-los na organização, por meio de ações de capacitação, valorização e melhoria do clima organizacional e do ambiente de trabalho. A medida buscou atender as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 240/2016, do Conselho Nacional de Justiça, sobre a Política de Gestão Pessoas no Poder Judiciário.

Sob a coordenação do diretor-geral do TJGO, Rodrigo Leandro da Silva, foi constituído um grupo de trabalho, com representantes da Diretoria de Planejamento Estratégico, Diretoria de Recursos Humanos e Escola Judicial de Goiás, com empenho na elaboração de um modelo de governança e gestão de pessoal capaz de motivar e comprometer as pessoas com estratégia organizacional.

Impacto na Meta 10 do Plano de Gestão 2019/2021, “Alcançar, no mínimo, 15% do índice de governança de pessoas”.

TELETRABALHO

O teletrabalho no âmbito do TJGO foi regulamentado por meio da Resolução nº 131/2020. Em 2020 foram adotadas providências para adequar as atividades executadas pelos servidores fora das dependências do TJGO, seguindo às novas exigências do CNJ. Em razão de uma condição inesperada, o teletrabalho foi implantado para 100% dos magistrados, servidores e estagiários, mediante a necessidade de adoção do regime excepcional e extraordinário de trabalho remoto, devido à pandemia do novo coronavírus.

Apesar do momento de exceção, houve uma comprovação da eficácia do teletrabalho e o comprometimento de magistrados e servidores, o que foi traduzido em altos números de produtividade e colocou o TJGO entre os dez tribunais mais produtivos do país. Além da economia com consumo de material de impressão; limpeza e energia.

Da experiência derivou uma nova resolução de teletrabalho, pautada em cumprimento de metas de desempenho e voltada a resultados. Importante ressaltar que a transformação digital pela qual o TJGO passou na atual gestão corroborou para este novo rumo do Judiciário goiano.

Impacto nas metas 2 e 9 do Plano de Gestão

2 – “Alcançar 3% do índice de desempenho econômico e socioambiental”

9 – “Alcançar 70% de satisfação no clima organizacional”





TJGO e Senac-Goiás firmam acordo para instalação de restaurante-escola

O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA entre o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-GO) foi assinado no dia 22 de outubro de 2020. A parceria dispõe sobre a instalação do restaurante-escola sob supervisão do Senac-GO, no ambiente estrutural do TJGO, com o intuito de viabilizar a aprendizagem profissional e comercial, voltada para serviços gastronômicos, por meio do fornecimento de refeições variadas para o público interno e externo do TJGO.

O projeto do Cora Restaurante-Escola, iniciativa da atual gestão do TJGO, é pioneiro no Estado de Goiás e promove, além da capacita-

ção dos estudantes do Senac-GO em ambiente prático, experiência gastronômica diferenciada para o público, com pratos nacionais e internacionais. O nome do restaurante, que terá, inicialmente, capacidade para atender 200 pessoas por dia, homenageia a consagrada poetisa goiana Cora Coralina.

Para viabilizar a formalização do acordo de cooperação técnica, a Diretoria-Geral constituiu um grupo de trabalho, que contou com as diretorias de Recursos Humanos, de Obras e Administrativa, da gerência de Educação Profissional do SENAC e diretoria de Compliance do Sesi.



Ações em datas comemorativas e de capacitação

O TJGO REALIZOU DIVERSOS EVENTOS no decorrer do bi-ênio, com o objetivo de promover a integração de magistrados e servidores, fomentar a humanização e valorizar a força de trabalho, contribuindo desta forma com a melhoria do clima organizacional, estabelecida na Meta 9 do Plano de Gestão 2019/2021 – “Alcançar 70% de satisfação no clima organizacional”. Para a efetividade das ações, a Diretoria de Recursos Humanos conta com apoio de áreas técnicas e da Escola Judicial de Goiás (Ejug) para o aperfeiçoamento do seu público interno.

PRINCIPAIS EVENTOS

- Dia das Mulheres
- Dia das Mães
- Dia dos Pais
- Dia do Servidor Público
- Cantata Natalina do Poder Judiciário goiano
- Verde Amarelo: Saúde Mental no Trabalho, Empatia e Acessibilidade
- Palestra motivacional para estagiários e pró-jovens
- Educação Financeira para Menor Aprendiz
- Palestra para equipe da Central de Processamento Eletrônico (CPE)
- Capacitação nos encontros regionais da CGJGO





Ejug: capacitação de magistrados e servidores

COM O PROPÓSITO DE CONTRIBUIR para o desenvolvimento permanente de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás, a Escola Judicial de Goiás (Ejug) tem elaborado, a cada biênio, um Plano de Capacitação como instrumento de identificação e de gestão das necessidades frente às competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) de cada indivíduo na instituição. Desse modo, a Ejug, em parceria com a Diretoria de Planejamento Estratégico, elaborou o Plano de Capacitação para o biênio 2019/2021, com base nos valores culturais, sociais e ambientais preconizados no Planejamento Estratégico do TJGO e em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e com a Meta 9 do Plano de Gestão: "Alcançar 70% de satisfação no clima organizacional".

A matriz de cursos ofertada pela Escola procurou atender aos Programas de Formação Continuada para magistrados e servidores, tais como: Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU),



Improbidade Administrativa, Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes, Processo Judicial Digital (PJD), Demandas Repetitivas e Grandes Litigantes, Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Boas Práticas no Teletrabalho, Gestão do Conhecimento, Ética, uma questão de escolha e Governança, Gestão de Risco e Controle.



500 ações de capacitação para magistrados
6.000 ações de capacitação para servidores
50 bolsas de estudo (mestrado e doutorado)

Ainda, há que se dar destaque à reformulação exigida pela situação da pandemia da Covid-19. Utilizando de recursos digitais e ferramentas tecnológicas, a Ejug passou a proporcionar, de forma virtual, cursos, palestras e debates, por meio de lives, painéis e webinários, por plataformas de videoconferência, que chegaram a servidores e magistrados de todas as comarcas do Estado. Em novembro de 2020, também foi entregue, pela Escola, um novo ambiente virtual, mais moderno e de fácil acesso.

■ **9 LIVES:** Violência Doméstica; Reflexos da pandemia nos contratos de consumo no Brasil e em Portugal; PJD Criminal; Judicialização da Saúde em Tempos de Pandemia; Encontro Regional Online da CGJGO Capacitação em PJD Criminal; Liberdade Religiosa: Os limites dos entes federativos na imposição de restrições sanitárias; O Direito do Consumidor, o Médico e o Judiciário; O Consumidor, o Médico e o Judiciário 2ª Parte; A Mulher no Mercado de Trabalho: Desafios e Oportunidades.

■ **4 PAINÉIS:** Demandas Repetitivas e Grandes Litigantes; Aspectos Relevantes da Previdência Social para Magistrados; Depoimento Especial da Infância e Juventude; Acordo de Não Persecução Penal.

■ **4 WEBINÁRIOS:** Semana Pela Paz em Casa - Feminicídio: Aplicabilidade do Formulário Nacional de Avaliação de Risco; Os Reflexos do Isolamento Social na Primeira Infância; A Aplicação da Súmula nº 166/STJ nas Fazendas Públicas; Masculinidade Tóxica e seus Impactos nas Diversas Formas de Violência.



Garantia dos Direitos Fundamentais



TJGO aprova política para promoção e defesa dos direitos humanos

IMPULSIONAR AVANÇOS NA PROTEÇÃO

dos direitos humanos e alinhar estrategicamente o Poder Judiciário goiano aos indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030. São esses os principais propósitos do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), com a instituição da Política de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás. A Resolução nº 134 foi aprovada pelo Órgão Especial em 11 de novembro de 2020.

O ato criou a Comissão Especial dos Direitos Humanos, composta por magistrados e servidores, representantes do Ministério Público do Estado de Goiás, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás, Defensoria Pública do Estado de Goiás, Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás; Associação dos Magistrados do Estado de Goiás e Sindicato de Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

Para trabalhar todos os aspectos que englobam os direitos humanos, o TJGO propôs um subsistema com seis comitês e comissões:

- **Comitê de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário**
- **Comitê de Equidade e Diversidade de Gênero**
- **Comitê de Igualdade Racial**
- **Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**
- **Comitê de Acesso à Justiça**
- **Comitê de Ética**

As comissões e comitês deverão dar publicidade aos trabalhos executados com a realização de eventos anuais, preferencialmente no mês de referência da temática.

Programa Amparando Filhos é modelo para outros Estados

PROGRAMA “AMPARANDO FILHOS – Transformando Realidades com a Comunidade Solidária” tem o propósito de efetivar as medidas essenciais de proteção aos filhos de mulheres em cumprimento de pena privativa de liberdade, seja provisória, seja definitiva. Para as ações, existe uma Rede de Proteção, formada pelo Poder Judiciário, instituições do Poder Executivo e da sociedade civil organizada.

Na atual gestão, o escopo do programa foi alterado ao estender a abordagem a homens de-

tentos que sejam pais de crianças e adolescentes, sendo a comarca de Alexânia a primeira a receber essa nova fase do projeto. A iniciativa pioneira do TJGO está sendo expandida para outros Estados, como por exemplo, a cidade de Timon, no Maranhão.

O projeto intenta a prevenção de situações de vulnerabilidade, evitando, assim, possíveis condutas infratoras futuras por parte dos filhos de mãe encarceradas; a garantia da dignidade das mães e seus bebês enquanto com elas per-

manecerem encarcerados; a regularização das guardas de fato, durante o período em que as mães permanecem encarceradas; a participação efetiva da comunidade solidária, quanto ao apadrinhamento material das crianças/adolescentes; o fortalecimento da rede de proteção às crianças e aos adolescentes; a garantia da assistência biopsicossocial aos menores; visitas humanizadas, por meio da criação de espaços de encontros e socialização mães/filhos em ambiente favorável.



PACTO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Em dezembro de 2019, o presidente do TJGO, desembargador Walter Carlos Lemes, assinou o Pacto Nacional pela Primeira Infância. Sob coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o pacto prevê ações que vão do diagnóstico da situação da primeira infância no sistema de justiça à realização de seminários regionais, levantamento e disseminação de boas práticas, revisão das normativas relacionadas ao tema e uma ampla campanha de divulgação.

Ainda, o Tribunal de Goiás foi vencedor do Prêmio Pacto Nacional da Primeira Infância, do CNJ, com o Programa Amparando Filhos – Transformando Realidades com a Comunidade Solidária, na categoria Sistema de Justiça, e concorreu com todo o sistema de Justiça brasileiro. A cerimônia de premiação aconteceu em São Paulo, e contou com a participação do desembargador-presidente, da juíza auxiliar da Presidência, Sirlei Martins da Costa, do juiz idealizador do Amparando Filhos, Fernando Augusto Chacha de Rezende, e também do diretor-geral do TJGO, Rodrigo Leandro da Silva.

Visita humanizada do programa Amparando Filhos na Penitenciária Feminina em Aparecida de Goiânia

Programas institucionais para o acesso à Justiça



Audiência do Pai Presente, em 2019, no Fórum Cível de Goiânia

PAI PRESENTE

Neste biênio, a coordenação estadual do programa, que almeja a redução do quantitativo de cidadãos que não possuem o nome do pai em seu registro de nascimento, ficou a cargo do juiz auxiliar da Corregedoria, Donizete Martins de Oliveira e, na comarca de Goiânia, sob a responsabilidade do juiz de Direito, Eduardo Perez Oliveira, que promoveram campanhas e mutirões de reconhecimento voluntário de paternidade no decorrer do ano de 2019. Em 2020, mesmo durante a pandemia do novo coronavírus, o programa realizou audiências virtuais de reconhecimento de paternidade voluntária.

Também cabe destacar a parceria realizada com a Secretaria Municipal de Educação e Esporte (SME), que possibilitou a disseminação do programa junto aos alunos da rede municipal de Goiânia.

“O Pai Presente vem transformando a vida das pessoas com celeridade, eficiência e simplicidade”, pontuou o corregedor-geral da Justiça do Estado de Goiás, desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, na entrega de novas certidões de nascimento em um dos mutirões. Em Goiás, o programa está instalado em 100% das comarcas.



Inauguração do Centro de Atividades da Justiça Restaurativa na comarca de Goianésia

JUSTIÇA RESTAURATIVA

A Justiça Restaurativa é definida como um “conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado, sob o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar.”

Por contar com ações essencialmente presenciais, sua atuação sofreu grande impacto em 2020 devido à pandemia. Mas não parou. A equipe de Goiânia passou a realizar os atendimentos por meio virtual. Também foi estruturado, na comarca de Goianésia, o Centro de Atividades da Justiça Restaurativa. A iniciativa teve como maior apoiador o coordenador da Justiça Restaurativa de Goianésia, juiz Decildo Ferreira Lopes.

Para ações futuras, pretendendo a padronização e expansão no Judiciário goiano, foi publicado o Manual de Justiça Restaurativa.





ACELERAR PREVIDENCIÁRIO

Sob a coordenação geral do juiz auxiliar da Presidência, Cláudio Henrique Araújo de Castro, e do coordenador de litígio de natureza previdenciária, juiz Joviano Carneiro Neto, o Programa Acelerar Previdenciário realizou 8.716 audiências e a prolação de 3.851 sentenças. O programa leva a Justiça a uma parcela da população em situação de vulnerabilidade.

8.716 AUDIÊNCIAS
3.851 SENTENÇAS



JUSTIÇA ATIVA

Os trabalhos, realizados por meio de mutirões, visam mobilizar magistrados, servidores e voluntários, em parceria com o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil, para a realização de audiências simultâneas, inclusive com prolação de sentenças, em comarcas que, via de regra, estão desprovidas de juiz titular, de forma a contribuir para a redução do tempo médio de tramitação processual e, consequentemente, reduzir o volume de processos.

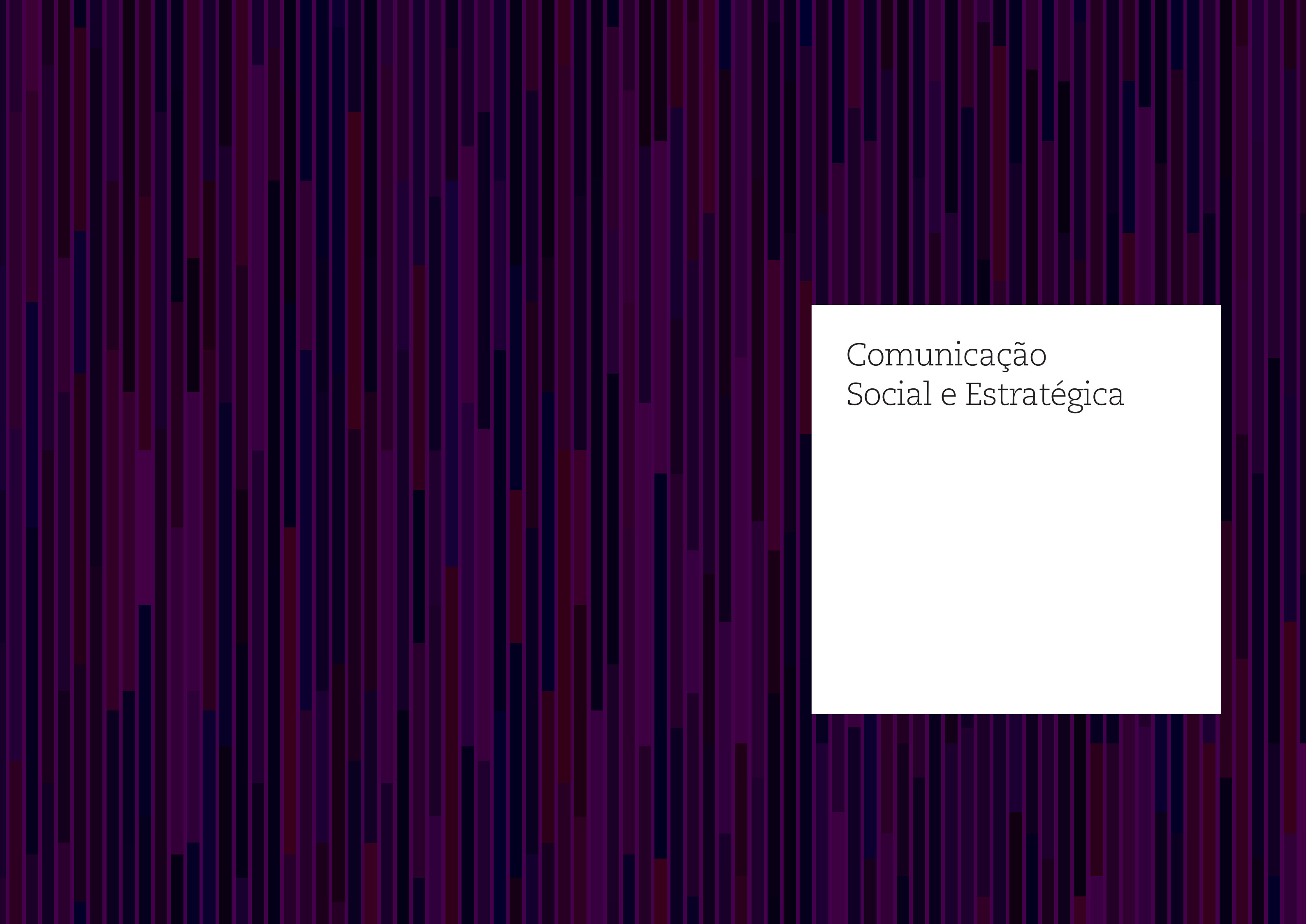
Neste biênio, o Programa Justiça Ativa passou a ser dirigido pelo Núcleo Gestor do Programa Justiça Ativa, sob a direção do desembargador Guilherme Gutemberg Isac Pinto, coordenação-geral do juiz auxiliar da Presidência, Cláudio Henrique Araújo de Castro.

Importante mencionar que o sucesso obtido no cumprimento da Meta 1 foi possível em ra-

4.964 AUDIÊNCIAS
REALIZADAS

Todos esses programas ajudaram a impulsionar a Meta 1 do Plano de Gestão 2019/2021 – Ampliar em 10% do resultado dos programas institucionais voltados para o acesso à Justiça em todo o Estado.

ção do investimento em áreas de tecnologia de informação e comunicação, como o processo eletrônico e sistemas de monitoramento.



Comunicação Social e Estratégica



TJGO conquistou pela primeira vez o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça



O CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) conquistou pela primeira vez o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. O TJ de Goiás foi o vencedor na categoria Relacionamento com a Mídia, com o projeto “Atendimento à imprensa no caso João de Deus, maior denúncia de abuso sexual do Brasil”. O caso obteve, ainda, a maior nota média dos jurados (9,83) dentre todos os 199 trabalhos inscritos. Além de ser o primeiro na categoria, o projeto ficou em segundo lugar no Grande Prêmio, concorrendo com outros 37 trabalhos finalistas. O Grande Prêmio é uma soma das notas do júri técnico e dos participantes.

O Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ) é o maior prêmio nacional que valoriza e reconhece os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais das instituições públicas

e das associações das classes do Sistema de Justiça de todo o Brasil. Em 2020, 18ª edição do prêmio, foram 199 trabalhos inscritos em 13 categorias.

Para o diretor do CCS, Luciano Augusto Souza Andrade, “esse prêmio é um dos resultados de um trabalho de modernização da comunicação do Poder Judiciário goiano, que vem sendo desenvolvido desde o início da gestão do presidente, desembargador Walter Carlos Lemes, com projetos de análises de notícias, incremento das redes sociais, aproximação com a imprensa, com o público interno e com as assessorias das instituições que formam o sistema de Justiça. E, ainda, a criação do Conselho de Comunicação do TJGO, que respalda e gere as estratégias da área, presidido pelo desembargador Carlos Alberto França, e também com a participação da juíza auxiliar da Presidência, Sirlei Martins da Costa, muito presente acompanhando o trabalho”.

FINALISTA

Em outro concurso, a 4ª Edição do Prêmio Jatobá PR, o Instagram do TJGO foi um dos finalistas. Trata-se de uma premiação nacional que reconhece a excelência e a inovação em relações públicas e comunicação e o investimento do TJGO na implementação das redes sociais durante a atual gestão trouxe esse destaque nacional. Foi o primeiro ano que o TJGO participou deste prêmio e concorreram com o Tribunal na mesma categoria, o Tribunal de Justiça de São Paulo, Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Birigui.



Novo decreto regulamenta gestão de conteúdo do portal, mídias sociais e publicações impressas do TJGO

CONSIDERANDO QUE A PUBLICIDADE é um dos princípios fundamentais da Administração Pública, a Presidência editou o Decreto Judiciário nº 2.566/2019, que regulamenta a gestão de conteúdos do portal do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), mídias sociais e publicações impressas, e dispõe sobre o planejamento e execução da publicidade institucional. Para a publicação dos conteúdos alguns princípios são observados, tais como: a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção; divulgação de informações de interesse público, independente de solicitações e o fomento ao desenvolvimento da cultura da transparência na administração pública.

A gestão do portal do TJGO passou a ser realizada de forma descentralizada pelas unidades responsáveis pelos conteúdos, definidas pela Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça, Ouvidoria, Diretoria-Geral, Diretoria de Planejam-

to Estratégico, Controladoria Interna e Centro de Comunicação Social. Cabe à DPE acompanhar o cumprimento das normas referentes à transparência institucional e indicar ao Conselho de Comunicação Social as alterações necessárias.

A gestão das mídias sociais oficiais do TJGO é de responsabilidade do Centro de Comunicação Social, sendo vedada a criação e a manutenção de páginas ou perfis por qualquer outra unidade, servidor ou magistrado do Poder Judiciário goiano, sem prévia autorização do Conselho de Comunicação Social.

Fundamentados no decreto, DPE, DG, DI, CCS e demais áreas do Tribunal promoveram a readequação do layout do sítio eletrônico do TJGO e da intranet, com a atualização de informações. A readequação, além de ter possibilitado a acessibilidade ao VLibras, deixou os ambientes mais intuitivos, facilitando a busca e o acesso a conteúdos e funcionalidades procuradas pelos usuários.



Vídeos institucionais transmitem mensagens importantes

O CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL do Poder Judiciário de Goiás lançou em 2019 uma série de vídeos de sensibilização, utilizando-se da ferramenta de edições com animações. Os vídeos foram realizados com variados temas para passar, com uma linguagem leve e descontraída, as informações que a instituição pretendia. Os roteiros seguiam essa premissa, de conscientizar sob o conceito de oferecer uma alternativa audiovisual para passar informações para servidores e magistrados do Poder Judiciário, como também para sociedade em geral. O projeto nasceu da necessidade do TJGO conversar com o público interno e externo utilizando mídias audiovisuais.

O primeiro foi sobre adoção. O vídeo, na época, fez tanto sucesso que chegou a ser utilizado em matérias de telejornais locais. Ele trazia um panorama dos números de crianças em abrigos. O segundo vídeo aproveitou o dia da amizade, comemorado no dia 20 de julho, para

ressaltar o importante trabalho que o TJGO faz na área de solução de conflitos. Já o terceiro vídeo celebrou o amor entre todos os povos, através da inocência de uma criança. Animação realizada para o 12 de outubro de 2019, dia das crianças. Por fim, foi feito um quarto vídeo que tratou da importância do meio ambiente e a luta do Poder Judiciário do Estado de Goiás para ser mais sustentável.



Comunicação interna: concurso Selfie Premiada e as metas do TJGO

O **“CONCURSO SELFIE PREMIADA:** O Judiciário e Eu” foi um projeto cultural realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em comemoração ao Dia do Servidor Público de 2019, visando valorizar magistrados, servidores e colaboradores pela contribuição no alcance das metas do Planejamento Estratégico do TJGO. A divulgação do concurso foi feita por edital e

materiais digitais on-line, com slogan e identidade visual própria.

Cada participante poderia se inscrever em até duas categorias: individual e equipe. As inscrições foram feitas via whatsapp, com as fotos acompanhadas de legenda com nome do participante, local de trabalho, cargo/função e breve descrição de como seu trabalho contribuiu para o alcance das metas do TJGO.

Todas as fotografias recebidas foram inseridas no Instagram “TJGO Campanhas” e também usadas na construção de papel de parede para a tela dos computadores do TJGO, disponibilizado durante toda a Semana do Servidor e, posteriormente, um papel de parede só com as selfies premiadas foram colocadas na semana seguinte.

O julgamento das selfies ficou a cargo de Comissão indicada pelo presidente do TJGO e, dentre os critérios de avaliação, definiu-se: criatividade, estética, originalidade, qualidade artística e pertinência com o tema proposto.

Foram escolhidas três fotos em cada categoria (1º, 2º e 3º lugar) e os premiados, além de serem homenageados durante a Semana do Servidor, receberam prêmios, os quais foram adquiridos mediante patrocínio com entidades parceiras. Não houve custos para o TJGO.



Ações especiais no Dia das Crianças

A AÇÃO, IDEALIZADA EM 2019

pelo diretor de Comunicação do TJGO, Luciano Augusto Souza Andrade, nasceu com o objetivo de dar voz a meninos e meninas que vivem em instituições de acolhimento e que passariam o Dia das Crianças longe dos privilégios que a data ensejava. O que essas crianças teriam a dizer? Qual é a realidade delas? Quais eram seus sonhos? O que elas achavam do ECA? Como poderíamos, sem expô-las, dar conta de sua existência e colaborar com o andamento de seus processos e estimular sua adoção?

O rádio, então, parecia ser o veículo ideal. Nele, poderia ser mostrado que estas crianças, mesmo distante do perfil ideal de adoção (bebês de até um ano e brancos), eram encantadoras, sem, contudo, ferir os cuidados e a discrição necessários em casos como esses. E

se o programa fosse feito pelas próprias crianças? Foi feita uma visita ao diretor da Band News FM, que concordou com a história. A ideia foi proposta para a diretora da Instituição de Acolhimento Niso Prego, que selecionou as crianças que poderiam participar do projeto, entre elas uma menina abusada por um parente.

O passo seguinte foi a preparação das crianças. Numa reunião com elas, tudo num clima de muita brincadeira e

descontração, foram ensinadas as falas e entonações para gravação, que ocorreu em seguida. O projeto ajudou a contar suas histórias e mostrar que dentro desses abrigos existem mais que vidas dramáticas e sofridas, mas muito sonhos, sonhos que envolvem uma família e uma infância com amor, carinho e cuidado. O programa foi veiculado no sábado, 12 de outubro de 2019, Dia das Crianças, com 10 minutos e 33 segundos de duração.



Semana da Criança 2020

EM 2020, O PROJETO PARA A SEMANA DA CRIANÇA foi "Os heróis de um mundo bem representado e os direitos da criança e do adolescente". A proposta foi criar uma campanha em comemoração à Semana da Criança, com super-heróis infantis que representem diferentes grupos sociais (o branco, o negro, o índio, a pessoa com deficiência e outros) e que levem também informações e esclarecimentos sobre os direitos da criança e do adolescente. A campanha bus-

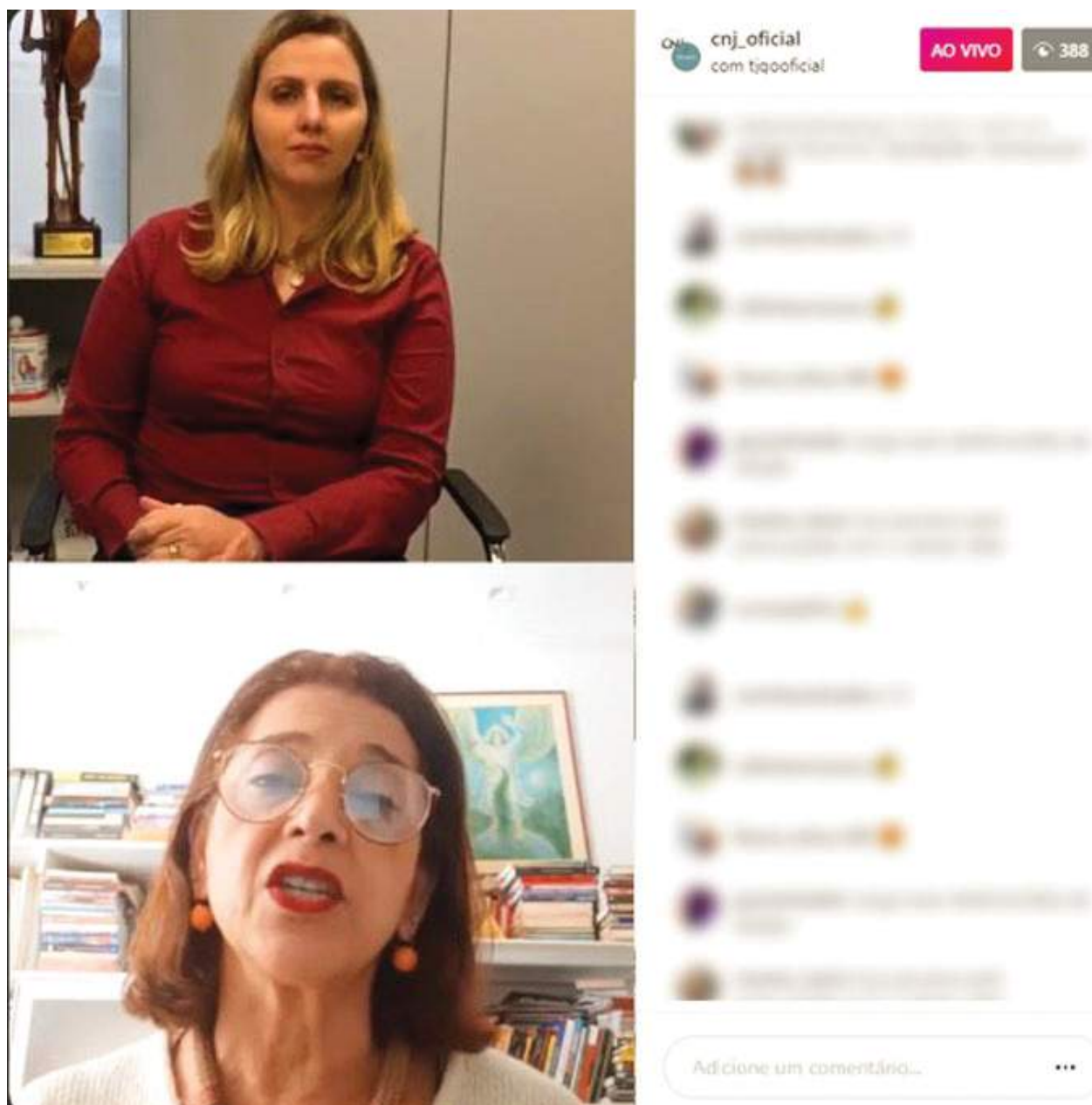
cou fornecer elementos para o empoderamento dessas pessoas, dando a elas o direito de sonhar e de se verem como sujeitos capazes de se superarem enquanto humanos, alcançando também feitos comparáveis a de super-humanos (super-heróis).

Em cada dia da semana, de 11 a 18 de outubro de 2020, foi apresentado um personagem (super-herói) diferente, que representou um grupo da população de Goiás, trazendo para o contexto do seu dia a dia uma narrativa de empoderamento, tendo como inspiração leis de proteção à criança.

Os heróis foram criados pelo próprio Centro de Comunicação Social (aparência física, personalidade, características, história, luta...) e apresentados nas redes sociais. Uma postagem diária nas redes sociais do TJGO, com a imagem do herói e um texto descritivo de sua história, que passou pelos direitos da criança e do adolescente e mensagens que desmitificassem preconceitos a grupos específicos.

Posteriormente, as histórias dos super-heróis foram produzidas em formato de gibi e os personagens foram modelados em bonecos de Biscuit. As equipes do CCS e do Juizado da Infância promoveram uma tarde de contação de histórias na Instituição de Acolhimento Niso Prego, para entregar os livrinhos e os sete super-heróis para as crianças.

Mobilização virtual em todo país no Dia Nacional da Adoção



O DIA NACIONAL DA ADOÇÃO, comemorado em 25 de maio, movimentou as redes sociais dos tribunais pelo País em 2020. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tribunais de justiça brasileiros realizaram lives em seus perfis do Instagram, interagindo com outro TJ, abordando importantes questões do processo de adoção no Brasil. A primeira live começou às 12h30, no perfil do CNJ, em seguida o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), e a última transmissão foi encerrada às 19 horas, no perfil do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A grande movimentação pelas redes sociais foi idealizada pelo Centro de Comunicação Social do TJGO e recebeu a adesão do CNJ e de quase todos os tribunais estaduais.

OUTRAS LIVES

Em 2020, o ano das lives, o TJGO também aderiu a essa forma de comunicação com seu público, especialmente para propor a discussão de temas importantes não só para o Judiciário, como para toda sociedade. Foram diversas transmissões, pelo Instagram e também pelo Youtube. Inclusive, com o apoio da Diretoria de Informática do TJGO, foi possível promover lives com mais de dois participantes pelo Instagram, quando esse recurso ainda não estava disponível na plataforma.

ALGUMAS LIVES PROMOVIDAS PELO CCS DO TJGO

- A importância dos Tribunais terem uma política de Direitos Humanos nos dias atuais, no Dia Internacional dos Direitos Humanos;
- Semana Nacional da Conciliação 2020;
- Um bate papo com as duas irmãs de Goiás que estão na lista da ONU dos 100 negros mais influentes do mundo;
- Consciência negra: live sobre lugar de fala;
- “Uma reflexão sobre o papel paterno no mundo atual”
- Live histórica, com quatro debatedores negros para refletir os dez anos do Estatuto da Igualdade Racial;
- Live sobre Setembro Amarelo;
- “Mulher e sua arte de Amar - Como viver esse amor no mundo moderno?”
- Live 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

TJGO cria Conselho de Comunicação Social

NO INÍCIO DE SUA GESTÃO, o presidente Walter Carlos Lemes criou o Conselho de Comunicação Social, como órgão de assessoramento da Presidência. O Conselho foi instituído pelo Decreto nº 252/2019. O Conselho tem como membros um desembargador – presidente do Conselho, um juiz auxiliar da Presidência e um juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, um juiz de Direito do 1º grau, o secretário-geral da Presidência e o Diretor de Comunicação Social.

O Conselho de Comunicação tem como atribuições: fixar as linhas gerais da Política de Comunicação e divulgação da Justiça estadual; definir parâmetros prioritários de atuação das

unidades de comunicação e relações públicas do TJGO e, ainda, supervisionar os conteúdos a serem divulgados.

Composição do Conselho: desembargador Carlos Alberto França, juízes Sirlei Martins da Costa, Aldo Sabino Guilherme de Freitas e Gustavo Assis Garcia, Eliene Maria Ramos (secretária-geral) e Luciano Augusto Sousa Andrade (diretor do CCS).

REPRESENTAÇÃO NO CNJ

O TJGO também tem um representante no Comitê de Comunicação Social do Poder Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, em dezembro de 2020, a Portaria nº 282/2020, que altera a composição do comitê designando três novos integrantes. Um deles é o diretor do Centro de Comunicação Social (CCS) do TJGO, Luciano Augusto Souza Andrade, que passa a fazer parte do grupo como representante do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ). Luciano é presidente do Fórum.



Na Mídia

26.594

Total de notícias publicadas em web, televisão, rádio e impresso

72.4%

Positivas

22.7%

Neutras

Redes Sociais

Instagram
de 3 mil para 41 mil seguidores
Crescimento de
1.266%

Twitter
de 75 mil para 81 mil seguidores
Crescimento de
8%

Facebook
de 16 mil para 20,7 mil seguidores
Crescimento de
29,6%



Ações Sociais e Culturais



Doações de 9 mil itens beneficiam 42 órgãos públicos e entidades sociais

NO BIÊNIO 2019/2021, a gestão do presidente Walter Carlos Lemes fez a doação de quase 9 mil itens, entre mobiliário, ativos de informática, eletroeletrônicos e sucatas metálicas. As doações beneficiaram órgãos do governo de Goiás, prefeitura de Goiânia e de municípios do interior, universidade e instituições filantrópicas.

Doações

42 doações a órgãos e instituições
R\$ 1.470.107,54
8.894 unidades
140.498 kg de sucatas metálicas



PRINCIPAIS DOAÇÕES

- 836 unidades entre mobiliário, eletroeletrônicos e equipamentos de informática para a Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP);
- 100 ativos de informática para a Universidade Federal de Goiás (UFG);
- 258 itens de mobiliário, seis aparelhos de ar-condicionado e 60 itens de informática para a Prefeitura de Goiânia;
- 106 aparelhos de ar-condicionado para a rede pública municipal de Bela Vista de Goiás;
- 290 computadores para a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social;
- Roupas, calçados, eletrodomésticos, computadores e vários outros produtos provenientes de ações com trânsito em julgado à Organização das Voluntárias de Goiás (OVG);
- Material reciclável retirado da demolição da obra de reforma do Bloco B para quatro entidades filantrópicas goianas;
- 48 armas de fogo para a Polícia Militar;
- Municípios contemplados: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Morrinhos, Bela Vista de Goiás, Buriti Alegre, Rio Verde, Jaraguá, Formosa, Vianópolis, Anápolis, Jataí, Pires do Rio e Trindade.



Cinco mil peças de roupas e duas camionetes doadas para OVG e dez instituições

DEZ INSTITUIÇÕES SOCIAIS e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) foram beneficiadas com doações feitas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). A cerimônia da entrega dos bens e donativos foi realizada no Salão Nobre da Presidência, em novembro de 2019, pelo vice-presidente do TJGO e presidente em exercício na ocasião, desembargador Nicomedes Domingos Borges, e pela primeira-dama do TJGO, Mariazinha Machado Lemes.

As entidades receberam, juntas, cinco mil peças de roupas apreendidas. Todas as peças foram caracterizadas em uma força-tarefa comandada pelo presidente do TJGO, desembargador Walter

Carlos Lemes, e Mariazinha Lemes, idealizadora dos projetos sociais do TJ ao lado do presidente. As instituições foram indicadas por Mariazinha Lemes, Regina Maciel e servidores do Tribunal.

Além das roupas, o TJGO doou para a OVG duas camionetes – uma Hilux e uma S-10 – provenientes de ações judiciais contra organizações criminosas.

“Esse tipo de parceria permite que levemos benefícios para população mais carente de Goiás. Vamos ajudar os que precisam muito”, destacou o desembargador Nicomedes Domingos Borges.



Inclusão com Programa Com Viver

NA ATUAL GESTÃO, o Programa Com Viver foi institucionalizado pelo presidente do TJGO, desembargador Walter Carlos Lemes. O programa, idealizado pelos juizes Thiago Inácio de Oliveira e Priscila Lopes da Silveira, da comarca de Cristalina, promove a inclusão de pessoas com deficiências, de ordem física e intelectual, notadamente as que têm deficiências associadas a déficits cognitivos, a exemplo das síndromes de Down, de Asperger, de Williams e autismo, para o exercício de atividades voluntárias no Poder Judiciário goiano.

Além da comarca de Cristalina, o programa já foi implantado na comarca de Silvânia e está em fase de expansão no Estado, a exemplo das comarcas de Goiânia, Goiatuba, Alexânia, Piracanjuba, Anápolis e Mozarlândia, com formalização em andamento.

A iniciativa conquistou o segundo lugar na 7ª Edição do Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos na categoria Trabalhos dos Magistrados e concorreu ao 17º Prêmio Inovare.



Campanhas no TJGO arrecadam doações para projetos solidários

EM 2019, A PRIMEIRA-DAMA DO JUDICIÁRIO goiano, Mariazinha Lemes, promoveu um chá beneficente para lançamento da campanha “Tire sua solidariedade do guarda-roupa”, com o objetivo de arrecadar agasalhos a serem doados aos moradores de rua e à população carente de Goiânia. A ação contou com o apoio da Diretoria de Recursos Humanos, Divisão de

Alocação e Atendimento ao Servidor, Juizado da Infância e Juventude e Diretoria do Foro da comarca de Goiânia. Na capital foram arrecadados 70 cobertores e 60 agasalhos, além de roupas, doados para a Associação Tio Cleobaldo, que atende pessoas em situação de rua em Goiânia. As doações também foram realizadas nos fóruns do interior.



DIA DAS CRIANÇAS

Na Semana da Criança 2019, o TJGO promoveu ações de apoio a adolescentes prestes a completar 18 anos e que por lei deixarão instituições de acolhimento. A ação inédita no Estado buscou ajudar nessa transição, com a realização de círculos de construção da paz e restaurativos. Outra atividade foi a visita de

crianças e adolescentes da Associação Down de Goiás (Asdown) e da Escola Municipal João Cláudio de Oliveira ao TJGO, onde foram recebidos pelo presidente, desembargador Walter Carlos Lemes, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Kisleu Dias Maciel Filho.

ARRAIÁ DO JUDICIÁRIO

Festa junina envolvendo montagem de barraquinhas de instituições beneficentes, com o intuito de realizar, concomitante ao evento, uma ação social.

CAMPANHA DOE SOLIDARIEDADE

Com a intenção de prestar auxílio aos refugiados e migrantes forçados, que vieram buscar uma vida melhor no Brasil, em especial na região metropolitana de Goiânia, o TJGO realizou, nos meses de novembro e dezembro de 2019, a campanha “Doe Solidariedade” para arrecadação de alimentos, roupas e itens de higiene.

PROJETO TAMPATAS

Projeto para a coleta e comercialização de tampinhas plásticas para reciclagem. O TJGO tem um ponto de coleta de tampinhas de garrafa pet na Divisão de Alocação e Atendimento ao Servidor – DAAS para doação a uma instituição que realiza castração e atendimento veterinário gratuito dos animais em situação de rua.

PÁSCOA SOLIDÁRIA

A Campanha Páscoa Solidária ocorreu em 2019 e com a colaboração dos magistrados e servidores foi possível entregar 850 kits contendo caixas de bombons, barras de chocolates e ovos de páscoa às crianças, adolescentes e adultos de oito instituições sociais em Goiânia.



JUSTIÇA SOLIDÁRIA

Mais de 300 famílias foram beneficiadas com as doações de cestas básicas e alimentos realizadas por magistrados, servidores e demais voluntários que participaram da Campanha Justiça Solidária do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), em parceria com o Sindjustiça. A campanha teve a intenção de minimizar as dificuldades do isolamento social e

inibir uma crise humanitária em consequência do novo coronavírus no Estado de Goiás. No total, foram 314 cestas básicas e cerca de 200 itens de produtos avulsos – como arroz, feijão, óleo, macarrão, água sanitária – entregues a oito instituições filantrópicas acolhidas pelo Poder Judiciário.





TJGO sedia exposições artísticas

A COMISSÃO PERMANENTE DE MEMÓRIA E CULTURA do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) organizou o calendário de atividades culturais. A comissão é presidida pelo desembargador Itaney Francisco Campos e tem como membros os desembargadores Ney Teles de Paula, Luiz Cláudio Veiga Braga, Norival Santomé e Olavo Junqueira de Andrade e tem como assessor cultural o poeta Gabriel Nascente. Em outubro de 2019, o Espaço Cultural Goiandira do Couto foi palco da exposição de esculturas Veredas, do artista plástico André Baiocchi. A maioria dos trabalhos reunidos na exposição retratava a fauna e flora do Cerrado. As obras ficaram expostas no hall do térreo.

Posteriormente, em novembro, o TJGO recebeu a exposição *Despertar*, do artista plástico Diego Freitas. São imagens hiper-realistas, em que a figura humana é o elemento central da expressão artística.



LIVE SOBRE HISTÓRIA DE GOIÂNIA

A Comissão Cultural, em parceria com a Diretoria Cultural da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego), também promoveu uma live pelo youtube, em setembro de 2020, com o tema “A Invenção de Goiânia e suas Repercussões Políticas e Sociais”. O debate contou com a participação dos desembargadores Norival Santomé e Olavo Junqueira de Andrade, mediação do desembargador Itaney Francisco Campos – presidente da Comissão Permanente de Memória e Cultura do TJGO – e teve como convidado o historiador e promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), Jales Guedes Coelho Mendonça, autor do livro “A Invenção de Goiânia: O Outro Lado da Mudança”.

Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário promove ações na cidade de Goiás

DE 13 A 19 DE MAIO DE 2019, O Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás - Museu do Judiciário Goiano Desembargador Maximiano da Matta Teixeira, localizado na cidade de Goiás, organizou uma programação especial durante a Semana Nacional de Museus. O evento contou com palestras do desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga, membro da Comissão Cultural do TJGO e diretor Cultural da Asmego, e do museólogo e diretor do Centro de Memória, Washington F. Souza. E, ainda, a Banda da Polícia Militar apresentou cantata com músicas regionais e houve apresentação pública da equipe do Centro de Memória e Cultura.

Em 2020, o Centro de Memória e Cultura estreou no ambiente virtual com um site institucional. No endereço eletrônico, o visitante pode conhecer o acervo, visualizar agenda de exposições, agendar visitas e pesquisas presenciais.

PRINCIPAIS AÇÕES

- Parcerias com instituições acadêmicas e de pesquisa, com a finalidade de receber estudantes no âmbito do estágio acadêmico;
- Consolidação do Selo de Instituição de Guarda de Arquivo Histórico no âmbito do Estado de Goiás;
- Criação de Site Institucional Personalizado;
- Guarda do acervo do Bloco Afoxé Pilão de Plata, (Instituição de Cunho Cultural, reconhecida como Patrimônio Imaterial na cidade de Goiás);
- Integralização ao Mapeamento de Museus junto ao Instituto Brasileiro de Museus.

Ações durante
a pandemia do
coronavírus

#AJustiçaNãoPara: as soluções do TJGO para garantir prestação jurisdicional e prevenção à Covid-19



OS PRIMEIROS DECRETOS do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) relacionados à pandemia do coronavírus foram publicados logo após a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado, no dia 11 de março de 2020, se tratar de uma pandemia. As primeiras determinações eram para que magistrados e servidores que retornassem de viagem internacional desempenhassem suas atividades funcionais via teletrabalho durante 14 dias e, ainda, que magistrados, servidores

e estagiários com mais de 60 anos e portadores de doenças crônicas poderiam optar pela realização de suas atividades funcionais via teletrabalho.

No dia 16 de março de 2020, a Administração do TJGO promoveu uma reunião, no plenário do Órgão Especial, com representantes do Sistema de Justiça para apresentar e debater novas medidas. Nesse dia, as autoridades decidiram pela suspensão do atendimento presencial nos prédios do Judiciário goiano. Assim, magis-

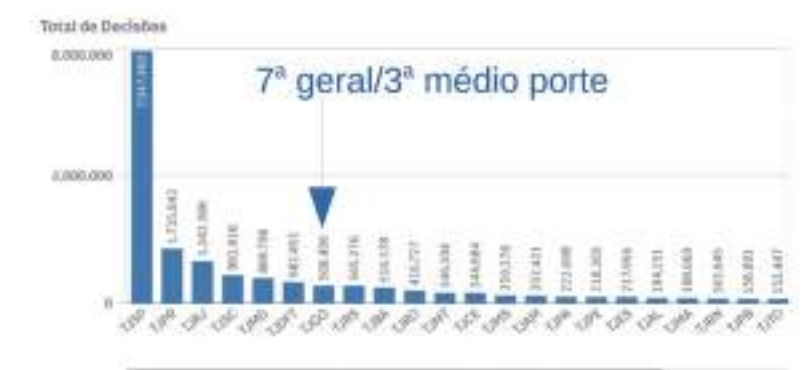
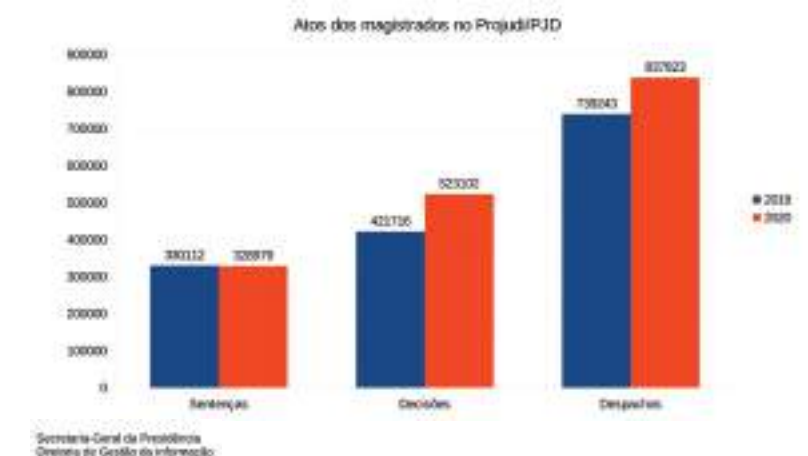
trados, diretores e servidores passaram a desempenhar suas atividades em regime de home office, garantindo o funcionamento do Judiciário goiano e a prestação jurisdicional à sociedade. Um Comitê de Crise foi instituído para acompanhar a situação e foi elaborado um Plano de Retomada das Atividades Presenciais, a partir de 1º de agosto de 2020.

As principais ações do TJGO durante esse período inédito e desafiador para todos serão apresentadas na sequência.

Produtividade de magistrados e servidores é destaque durante teletrabalho

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** do Estado de Goiás (TJGO) foi destaque no cenário nacional entre os mais produtivos do país durante o teletrabalho. Foi 7º em decisões entre todos os tribunais estaduais; o 3º considerando os tribunais de médio porte; o 8º geral em sentenças e 3º no seu grupo de tribunais de médio porte. Comparando o regime de teletrabalho em 2020 em relação ao mesmo período de 2019, compreendido entre 17 de março e 30 de setembro, os números mostram que o TJGO conseguiu manter e até aumentar a produtividade em alguns casos durante o home office.

A produção de decisões, por exemplo, foi superior no teletrabalho, 523.102 em 2020 contra 421.716 em 2019; assim como de despachos – 837.823 em 2020 e 739.243 em 2019. Os atos dos servidores também superaram no comparativo entre os dois períodos: 7.817.016 esse ano e 7.013.153 em 2019.





Plano de contingenciamento de despesas do TJGO gerou economia de recursos públicos

UM DECRETO FOI EDITADO pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Walter Carlos Lemes, com o objetivo de promover ações que reduzissem gastos públicos e resultassem em economia para o Poder Judiciário goiano. As medidas de racionamento para o enfrentamento da crise financeira provocada pela pandemia geraram relevante economia de recursos, sendo que em alguns setores o TJGO conseguiu poupar mais de 90%. A redução nas contratações em 2020, por exemplo, chegou a R\$ 11 milhões, cujo resultado superou a meta da Presidência, de redução linear de pelo menos 25% nos contratos de custeio.

ECONOMIA AOS COFRES PÚBLICOS

R\$ 11 milhões com renegociação de contratos
 98% de materiais de impressão
 97% com material de expediente
 93% com diárias de motoristas
 84% com matéria de copa, cozinha e limpeza
 79% com combustível
 76% gastos com postagens
 63% com manutenção de veículos
 Mais de 30% no consumo de água e energia elétrica = R\$ 6,1 milhões em 2020

TJGO distribuiu kits para proteção contra Covid-19



A DIRETORIA ADMINISTRATIVA do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) equipou as comarcas com um kit de combate à Covid-19. Todas as 127 comarcas receberam frascos de álcool em gel, termômetros, tapetes higienizantes, cartazes informativos, totem (dispenser) de pedal para álcool em gel, rolo de fita para separação de filas e máscaras reutilizáveis para serem distribuídas aos magistrados, servidores e estagiários.

Quantidade de itens distribuídos

Máscaras reutilizáveis:	35.400
Frascos de álcool em gel 70% (500ml):	16.605
Termômetros:	263
Totem (dispenser de pedal para álcool em gel):	257
Tapetes higienizantes:	257
Cartazes informativos:	2.550
Fitas para separação de fila:	211
Face shield (protetor facial):	7053
Barreiras de acrílico:	3.484



TJGO contrata novo sistema de videoconferência

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado de Goiás (TJGO) realizou, em julho, a contratação da solução de videoconferência Zoom para a realização remota de procedimentos processuais e administrativos. A ferramenta contratada permitiu a efetivação, a distância, de atos processuais como interrogatórios, inquirições de testemunhas, depoimentos em sala especial, além de reuniões e outros atos administrativos. O novo contrato firmado pelo TJGO

prevê a prestação de serviços de webconferência, webinar e streaming de áudio/vídeo, suporte técnico e treinamento, e substituiu o sistema Cisco, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A solução de videoconferência Cisco foi cedida pelo CNJ e teve sua vigência encerrada em agosto de 2020, o que reforçou a necessidade de contratação de uma solução definitiva para o TJGO.

FACILIDADES COM A FERRAMENTA ZOOM

- Realização de atos processuais e administrativos
- Realização e gravação de eventos com participação de diversas pessoas a distância
- Oitiva de pessoas em situação de privação de liberdade
- Evita o deslocamento dos presos e a alocação de veículos e policiais para escolta
- Implementação das salas de depoimento especial

Implantação do atendimento por Telemedicina

POSTERIOR À AUTORIZAÇÃO do Conselho Federal de Medicina (CFM), o Centro de Saúde do Poder Judiciário iniciou os atendimentos a distância, em razão da pandemia do novo coronavírus. Os atendimentos, chamados de Telemedicina, fazem parte de uma área da saúde que oferece suporte diagnóstico de forma remota, permitindo a interpretação de exames e a emissão de laudos médicos a distância.

1.187 atendimentos médicos
926 atendimentos de psicologia

DE 17 DE MARÇO 2020 A 15 DE JANEIRO DE 2021



TJGO foi o quarto maior doador de recursos durante a pandemia

DENTRE OS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS,

o TJ de Goiás foi o quarto que mais destinou recursos complementares para o combate à pandemia da Covid-19, um total de R\$ 10,4 milhões. Em março de 2020, em um ato conjunto do presidente do TJGO, desembargador Walter Carlos Lemes, e do corregedor-geral da Justiça do Estado de Goiás, desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, foram destinados ao Governo do Estado de Goiás mais de R\$ 10 milhões para o combate à pandemia do novo coronavírus. O recurso foi utilizado para a compra de cestas básicas para a população carente.

Além disso, por meio de um formulário eletrônico, denominado "Liberação R\$ Covid-19", disponibilizado no Sistema SGE Transparência,

os magistrados informaram os valores liberados pelo Judiciário goiano, provenientes do cumprimento de pena de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais.

UTI

O desembargador-presidente também fez a doação de uma ambulância, do tipo UTI móvel, ao governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado. O veículo foi avaliado em R\$ 160 mil. O veículo estava equipado com fontes de oxigênio e dois cilindros, aspirador, ventilador mecânico e maca, entre outros equipamentos.

Alunos de baixa renda da UFG recebem computadores doados pelo TJGO

O **PRESIDENTE DO** Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Walter Carlos Lemes, fez a doação de 50 computadores para os alunos de baixa renda da Universidade Federal de Goiás (UFG). O termo de doação foi assinado

pelo desembargador-presidente e pelo reitor da UFG, Edward Madureira, no dia 15 de setembro de 2020, em solenidade no Salão Nobre da Presidência. Em razão da urgência da necessidade dos alunos, os computadores foram entregues imedia-

tamente. Pelo menos 25% dos estudantes da UFG são carentes, com renda per capita de até meio salário-mínimo, o que equivale a cerca de 5 mil estudantes que não têm condições de comprar um computador.





Plano de Gestão

O PLANO DE GESTÃO, ELABORADO a cada biênio em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e com a missão, a visão e os valores do TJGO, é um recurso utilizado para convergir os esforços de todas as áreas envolvidas na consecução do planejamento estratégico do Poder Judiciário goiano.

Para o biênio 2019/2021, o plano contemplou metas inovadoras, como o aperfeiçoamento do sistema de processo judicial por meio eletrônico e dos métodos consensuais de resolução de conflitos, mediação/conciliação, com vistas à redução da taxa de congestionamento, à modernização tecnológica e às boas práticas em governança e gestão, a fim de impulsionar o TJGO para a era digital.

A seguir serão apresentados os resultados das quatorze metas institucionais para o biênio 2019/2021:

**META
1****AMPLIAR EM 10% O RESULTADO DOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS VOLTADOS PARA O ACESSO À JUSTIÇA**

Indicador:

Índice de evolução dos programas institucionais

Desempenho:



CUMPRIDA

**META
2****ALCANÇAR 3% DO ÍNDICE DE DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL**

Indicador:

Índice de desempenho ambiental e econômico

Desempenho:



CUMPRIDA

**META
3****REDUZIR EM 25% O ACERVO DAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DE CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Indicador:

Índice de redução do acervo de processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública

Desempenho:



CUMPRIDA

**META
4****ATINGIR 90% DO ÍNDICE DE PROCESSOS ELETRÔNICOS**

Indicador:

Índice de processos eletrônicos

Desempenho:



RAZOÁVEL

**META
5****AUMENTAR EM 4% O ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO**

Indicador:

Índice de conciliação

Desempenho:



CRÍTICA

**META
6****JULGAR 38% DO ACERVO DE PROCESSOS DOS MAIORES LITIGANTES**

Indicador:

Índice de julgamento do acervo processual dos grandes litigantes

Desempenho:



CUMPRIDA

**META
7****REDUZIR EM 18% O ACERVO DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL**

Indicador:

Índice de redução do acervo de processos de execução fiscal

Desempenho:



CUMPRIDA

**META
8****IMPLANTAR PROCESSO ELETRÔNICO EM 50% DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS COM COMPETÊNCIA CRIMINAL**

Indicador:

Índice de implantação do processo eletrônico nas unidades judiciárias com competência criminal

Desempenho:



CUMPRIDA

META

9

ALCANÇAR 70% DE SATISFAÇÃO NO CLIMA ORGANIZACIONAL

Indicador:
Índice de Satisfação na Pesquisa de Clima Organizacional



META

13

ALCANÇAR 65% NO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 215/2015 DO CNJ

Indicador:
Índice de Transparência



META

10

ALCANÇAR, NO MÍNIMO, 15% (NÍVEL INICIAL) DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE PESSOAS (IGOVPESSOAS/TCU)

Indicador:
Índice de governança de pessoas



META

14

MELHORAR O ÍNDICE DE IGOVTIC-JUD, VISANDO AO ALCANCE DO NÍVEL APRIMORADO (0,7)

Indicador:
Índice de Governança de TIC (iGovTIC-JUD)



META

11

MODERNIZAR OS MECANISMOS DE ARRECADAÇÃO COM VISTA A INCREMENTAR O ORÇAMENTO EM 8%

Indicador:
Índice de Arrecadação do Poder Judiciário



META

12

INSTITUIR O ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO OBJETIVANDO ALCANÇAR, NO MÍNIMO, 15% DE MATURIDADE

Indicador:
Perfil de Governança e Gestão Pública no TJGO (Perfil-GovTJGO)



QUADRO RESUMO DAS METAS

META	SITUAÇÃO
Meta 1	CUMPRIDA
Meta 2	CUMPRIDA
Meta 3	CUMPRIDA
Meta 4	RAZOÁVEL
Meta 5	CRÍTICA
Meta 6	CUMPRIDA
Meta 7	CUMPRIDA
Meta 8	CUMPRIDA
Meta 9	CUMPRIDA
Meta 10	CUMPRIDA
Meta 11	RAZOÁVEL
Meta 12	CUMPRIDA
Meta 13	CUMPRIDA
Meta 14	CUMPRIDA



Considerações Finais

ESSE DOCUMENTO TEVE O PROPÓSITO de demonstrar o trabalho desenvolvido ao longo da gestão do desembargador Wallter Carlos Lemes no biênio 2019/2021. Detalhando os projetos, ações, seus objetivos e resultados buscou-se exemplificar os avanços conquistados pelo Poder Judiciário goiano neste período, principalmente naquelas áreas prioritárias definidas pelo presidente. Como bem ressalta o desembargador-presidente, para o progresso e as conquistas, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás contou com o esforço, conhecimento técnico e devoção de magistrados, servidores e demais colaboradores, diária e incansavelmente. Ainda, mais do que isso, com o amor por fazer Justiça!

O relatório da gestão biênio 2019/2021 foi um pouco diferente dos anteriores, com ênfase nas ações e projetos, elaborados e efetivados para o alcance das metas instituídas pelo plano de gestão. A produção do documento foi também um trabalho conjunto, desenvolvido pela Diretoria-Geral, Diretoria de Planejamento Estratégico e Centro de Comunicação Social, que contaram com o apoio das diretorias de áreas na captura e atualização das informações.

Total reconhecimento aos magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e demais colaboradores pelo empenho na concretização das metas do presidente Walter Carlos Lemes. As conquistas são de todo o Poder Judiciário goiano.

À próxima gestão, biênio 2021/2023, que terá na Presidência o desembargador Carlos Alberto França, desejos de sucesso e muitas realizações!

Diretoria-Geral

Diretoria de Planejamento Estratégico

Centro de Comunicação Social



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Acreditar em Deus,
acreditar em você mesmo,
quando muitos duvidam,
não desistir jamais de seus sonhos.

Desembargador Walter Carlos Lemes
Presidente do TJGO

Fotos: Wagner Soares e Aline Caetano

